



Município de Patos de Minas
Secretaria Municipal de Administração

PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2018
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 171/2018
PROTOCOLO Nº 13.363/2018

O Município de Patos de Minas/MG torna público que, com base na Lei Federal nº 8.666, de 21-06-93 e suas alterações, Lei Federal nº 10.520 de 17-07-02, Lei Estadual nº 14.167 de 10-01-02, Lei Municipal 6.200 de 06/01/2010, Decretos Municipais nº 4.288 de 12-04-17, 4.281 de 30-03-17, Lei Complementar Federal nº 123 de 14-12-06 e Portaria nº 3.869 de 10/01/2018 fará realizar a licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, do tipo **MENOR PREÇO POR KM RODADO**, visando a **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR RURAL**, de acordo com o edital de Pregão Presencial nº 036/2018. Os envelopes de proposta e habilitação poderão ser encaminhados a Diretoria de Suprimentos e Bens Patrimoniais localizado à Rua Dr. José Olympio de Melo, nº 151, 2º andar, Bairro Eldorado, Patos de Minas/MG, CEP 38.700-900 até a data da sessão ou entregues na sessão no **dia 04 de setembro de 2018, às 13 horas**, sendo que os mesmos serão abertos no mesmo dia e horário.

O pregão será realizado pelo Pregoeiro legalmente designado, tendo como Equipe de Apoio também designada pela Portaria n.º 3.869 de 10 de janeiro de 2018.

1. DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto da presente licitação a **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR RURAL** descrito e especificado nos Anexos I, VIII e IX deste instrumento convocatório.

1.2 – A prestação dos serviços será conforme as especificações deste edital e seus anexos.

1.3 - Os quantitativos previstos poderão ser acrescentados ou suprimidos, até o limite de 25 % (vinte e cinco) por cento, sobre o valor inicial do contrato/instrumento equivalente, conforme parágrafo 1º, do art. 65, da Lei nº 8.666/1993.

2. SECRETARIA SOLICITANTE

* Secretaria Municipal de Educação

3. CONSULTAS, ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO AO EDITAL



Município de Patos de Minas
Secretaria Municipal de Administração

3.1 - O edital completo encontra-se no site oficial da prefeitura www.patosdeminas.mg.gov.br/licitacoes.

3.2 - Todas as alterações, retificações ou esclarecimentos que porventura se fizerem necessários serão publicados no Diário Oficial e/ou no site www.patosdeminas.mg.gov.br/licitacoes, sendo que o acompanhamento destas informações será de total responsabilidade das licitantes.

3.2.1 - Caso haja interesse em adquirir o **edital impresso**, a licitante deverá procurar o Setor de Xerox da Prefeitura, situado à Rua Dr. José Olympio de Melo, nº 151, 1º andar, onde será cobrado por folha xerocada.

3.2.2 - A comprovação de pagamento do edital não será requisito para habilitação.

3.2.3 - Se for solicitado pela licitante (via e-mail ou telefone), o edital também poderá ser enviado por e-mail, não sendo necessário o pagamento do custo do edital.

3.3 - As empresas e/ou representantes que tiverem interesse em participar do certame, obrigam-se a acompanhar as publicações referentes ao processo no site www.patosdeminas.mg.gov.br bem como as publicações no Diário Oficial do Estado, visando ao conhecimento de possíveis alterações e avisos.

3.4 - Os pedidos de esclarecimentos sobre o Edital poderão ser encaminhados preferencialmente para o e-mail licitacoes@patosdeminas.mg.gov.br, ou, ainda, protocolizadas no Setor de Protocolos, dirigidas ao(a) Pregoeiro(a), até 02 (dois) dias úteis antes da data marcada para recebimento das propostas.

3.4.1 - A petição deverá ser assinada pelo cidadão, acompanhada de cópia de seu documento de identificação e CPF, ou pelo representante legal ou credenciado do licitante, com indicação de sua razão social, número do CNPJ e endereço, acompanhado de cópia do documento de identificação e CPF do signatário e comprovante do poder de representação legal (contrato social, se sócio, contrato social e procuração, se procurador, somente procuração, se pública).

3.5 - As respostas do(a) Pregoeiro(a) às solicitações de esclarecimentos serão encaminhadas por e-mail.

3.6 - No site www.patosdeminas.mg.gov.br serão disponibilizadas outras informações que o(a) Pregoeiro(a) julgar importantes, razão pela qual os interessados devem consultar o site com frequência.

3.7 - Impugnações aos termos do Edital poderão ser interpostas por cidadão até o 2º dia útil, e por licitantes até o 2º dia útil, que anteceder a abertura das propostas, mediante



Município de Patos de Minas

Secretaria Municipal de Administração

petição a ser enviada, preferencialmente, para o endereço eletrônico licitacoes@patosdeminas.mg.gov.br, ou protocolizadas no Setor de Protocolos, dirigidas ao(a) Pregoeiro(a), que deverá decidir sobre a petição.

3.7.1 - A petição deverá ser assinada pelo cidadão, acompanhada de cópia de seu documento de identificação e CPF, ou pelo representante legal ou credenciado do licitante, com indicação de sua razão social, número do CNPJ e endereço, acompanhado de cópia do documento de identificação e CPF do signatário e comprovante do poder de representação legal (contrato social, se sócio, contrato social e procuração, se procurador, somente procuração, se pública).

3.8 - O Município de Patos de Minas não se responsabilizará por impugnações endereçadas por outras formas ou outros endereços eletrônicos, e caso não tenha sido acusado recebimento pelo(a) Pregoeiro(a), e que, por isso, sejam intempestivas.

3.9 - Acolhida a impugnação, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

3.10 - A decisão do(a) Pregoeiro(a) será enviada ao impugnante por e-mail, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, e será divulgada no site deste Município para conhecimento de todos os interessados.

4. DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO

4.1 – Poderão participar desta licitação, toda e qualquer Pessoa Jurídica, que seja credenciada no objeto desta licitação e que satisfaça todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital e seus anexos.

4.2 - A participação na licitação importa total submissão dos proponentes às condições deste edital.

4.3 - Cada licitante apresentar-se-á com apenas 01 (um) representante legal, o qual somente poderá representar uma empresa, devidamente munido de credencial, que será o único admitido a intervir em todas as fases do procedimento licitatório.

4.4 - A Licitante, pessoa jurídica, poderá apresentar proposta para mais de uma linha, limitado a **10 (dez)** veículos, devendo cadastrar número de condutores auxiliares na mesma proporção do número de veículos a serem ofertados os serviços.

4.5 - **Deverá ser observado o artigo 29 da Lei Municipal 6.200 de 06/01/2010 para a idade dos veículos.**

4.6 - Não poderão concorrer, direta ou indiretamente, nesta licitação:



Município de Patos de Minas
Secretaria Municipal de Administração

4.6.1 - Empresas em estado de falência, concordata ou em processo de recuperação judicial, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação. Ressalva: É possível a participação de empresa em recuperação judicial, desde que amparada em certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório nos termos da Lei nº. 8666/1993. (TCU, Ac. 8.271/2011-2ª Cam., Dou de 04/10/2011).

4.6.2 - Empresas que estejam punidas com suspensão do direito de contratar ou licitar neste Município ou que tenham sido declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal. Será consultado no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) no site <http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis> a situação da empresa.

4.6.3 - Quaisquer servidores públicos vinculados ao órgão promotor da licitação, bem assim a empresa ou instituição que tenha em seu quadro societário, dirigente ou responsável técnico que seja também servidor público vinculado;

4.6.4 - Empresas estrangeiras que não funcionam no país;

4.6.5 - Empresas que possuem sócio, diretor ou responsável técnico que tenha tido vínculo empregatício com o Município há menos de 180 (cento e oitenta) dias, anteriores à data da publicação deste edital;

4.6.6 – Consórcios¹.

4.7 - A observância das vedações do item 4.6 e subitens, é de inteira responsabilidade da licitante que, pelo descumprimento, sujeita-se às penalidades cabíveis.

4.8 - Qualquer informação incompleta ou inverídica constante nos documentos de credenciamento apurada pelo Pregoeiro, mediante simples conferência ou diligência, implicará no não credenciamento da respectiva licitante e envio dos documentos para o M.P.M.G (Ministério Público de Minas Gerais), para apuração, se possível, de prática delituosa, conforme art. 89 e seguintes da Lei Federal nº 8.666/93.

**5. DA CONDIÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE
(DOCUMENTOS APRESENTADOS PARA O PREGOEIRO ANTES DE SE INICIAR A
SESSÃO – FORA DOS ENVELOPES)**

¹

Considerando que é ato discricionário da Administração diante da avaliação de conveniência e oportunidade no caso concreto; e considerando que existem no mercado diversas empresas com potencial técnico, profissional e operacional, suficiente para atender satisfatoriamente às exigências previstas neste edital, entende-se que é conveniente a vedação de participação de empresas em “consórcio” no referido Pregão Presencial.



Município de Patos de Minas
Secretaria Municipal de Administração

5.1 – A condição de **Microempresa** e **Empresa de Pequeno Porte**, previsto na Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações deverá ser comprovada mediante apresentação da seguinte documentação:

a) Declaração, firmada pelo representante legal da empresa, de não haver nenhum dos impedimentos previstos no § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, conforme modelo constante do **Anexo VII**.

b) Se inscrito no Registro Público de Empresas Mercantis, declaração de enquadramento arquivada ou a certidão simplificada expedida pela Junta Comercial, ou equivalente, da sede da pequena empresa; conforme artigo 1º e 8º da Instrução Normativa nº 103 de 30/04/2007 do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC ou Se inscrito no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, declaração de enquadramento arquivada ou a Certidão de Breve Relato do Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, ou equivalente, da sede da pequena empresa.

5.2 - O licitante que apresentar declaração falsa responderá por seus atos, civil, penal e administrativamente nos termos da lei.

6. DO CREDENCIAMENTO (DOCUMENTOS APRESENTADOS PARA O PREGOEIRO ANTES DE SE INICIAR A SESSÃO – FORA DOS ENVELOPES)

6.1 - No dia, hora e local designados no edital, o interessado ou seu representante legal deverá proceder ao respectivo credenciamento junto o Pregoeiro.

6.2 - As empresas participantes poderão ser representadas na sessão do Pregão Presencial por seu sócio administrador, desde que apresente cópia simples e original ou cópia autenticada do Estatuto ou Contrato Social atualizado da empresa ou Registro Comercial, no caso de empresa individual, acompanhado ainda de cópia simples e original ou cópia autenticada do documento oficial com foto (RG, CNH ou outro documento equivalente).

6.2.1 - A representação também poderá ser feita por procurador munido de instrumento público ou particular ou por Carta de Credenciamento, conforme modelo do **Anexo IV**, com firma reconhecida, comprovando a outorga de poderes necessários para a formulação de propostas e a prática de todos os demais atos inerentes ao Pregão Presencial, acompanhado ainda de cópia simples e original ou cópia autenticada do Estatuto ou Contrato Social atualizado da empresa ou Registro Comercial, no caso



Município de Patos de Minas

Secretaria Municipal de Administração

de empresa individual, juntamente com cópia simples e original ou cópia autenticada do documento oficial com foto (RG, CNH ou outro documento equivalente) do credenciado ou procurador.

6.3 - O credenciamento da licitante ou de seu representante legal junto ao Pregoeiro implica a presunção de sua capacidade legal para realização das transações inerentes ao Pregão Presencial e a responsabilidade legal pelos atos praticados.

6.4 - Cada credenciado poderá representar apenas uma licitante.

6.5 - A não apresentação ou incorreção do documento de credenciamento, bem assim o não comparecimento da licitante ou de seu representante legal à sessão, inviabilizará a participação do mesmo no certame. Neste caso, o portador dos envelopes poderá assistir apenas como ouvinte, não podendo rubricar documentos ou fazer qualquer observação em ata ou mesmo de se manifestar ou interferir no desenvolvimento dos trabalhos, ressaltando que quando a documentação de credenciamento estiver, por lapso, dentro de quaisquer dos envelopes (1 ou 2), o respectivo envelope será entregue à licitante que estará autorizado a abri-lo e retirá-la, lacrando-o em seguida, uma vez que citado documento se encontra no recinto, com o intuito de ampliar a disputa.

7. PROCEDIMENTOS DA SESSÃO DO PREGÃO

7.1- Após o encerramento do credenciamento dos representantes dos licitantes, o(a) Pregoeiro(a) declarará aberta a sessão do Pregão, oportunidade em que não mais aceitará novos licitantes.

7.2- Aberta a sessão, os representantes credenciados entregarão os envelopes contendo a **Documentação de Habilitação** e a **Proposta Comercial**.

7.2.1 - As licitantes que enviarem os envelopes “**Documentação de Habilitação**” e “**Proposta de Preços**”, **sem representante credenciado**, deverão encaminhar, em envelope separado, **a declaração do Anexo II e Declaração do Anexo VII (observar item 5 do edital), assim terão sua proposta escrita aceita**. No entanto, a ausência de representante implicará na desistência de ofertar lances verbais e de manifestar sua intenção de interpor recurso administrativo quanto às decisões tomadas neste certame licitatório.

7.2.2 - Recebidos os envelopes da proposta de preços e da documentação de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) procederá à conferência e rubrica destes e passará para conferência e rubrica do(s) representante(s) presente(s).



Município de Patos de Minas
Secretaria Municipal de Administração

7.3 - O (a) Pregoeiro (a), após a abertura das Propostas Comerciais, procederá à verificação de sua conformidade com os requisitos estabelecidos no Edital, desclassificará aquelas que estiverem em desacordo e divulgará os preços cotados pelos licitantes.

7.3.1- Na hipótese de ser necessária a realização de diligências para comprovação da exequibilidade dos preços, a sessão poderá ser suspensa, sendo agendada nova data e horário para sua continuidade.

7.4 - As propostas serão ordenadas em ordem decrescente e o (a) Pregoeiro (a) classificará, para a etapa de lances, o autor da proposta de **“menor preço por quilômetro rodado de cada item”**, e aqueles que tenham apresentado propostas em valores superiores em até 10% (dez por cento) deste valor para participarem de lances verbais.

7.4.1- Se não houver no mínimo 3 (três) propostas comerciais nas condições definidas neste item, o(a) Pregoeiro(a) classificará as melhores propostas subsequentes, até o máximo de 3 (três), para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas.

7.4.2 - Se duas ou mais propostas apresentarem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de apresentação dos lances da seguinte forma:

7.4.2.1- Ocorrendo hipótese de igualdade entre propostas de menor preço por item/lote, sem oferecimento de lances verbais, o(a) Pregoeiro(a) realizará sorteio para efetuar a classificação das propostas, na forma estabelecida no § 2º do art. 45 da Lei Federal nº 8.666/93 e Lei Complementar Federal nº 123/2006.

7.5 - Em seguida, será iniciada a etapa de apresentação de lances verbais, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes, a partir do autor da proposta classificada de maior preço por item/lote.

7.6 - Não havendo mais licitantes interessados em apresentar lances, estará encerrada a etapa de lances.

7.7 - Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, o(a) Pregoeiro(a) examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

7.8 - O (a) Pregoeiro (a) poderá formular contraproposta ao licitante que ofertou o lance de menor preço, para que possa ser obtida melhor proposta, bem como decidir sobre sua aceitação.



Município de Patos de Minas
Secretaria Municipal de Administração

7.9 - Se a oferta de menor preço for considerada aceitável, será aberto o envelope “Documentação de Habilitação” do licitante que a tiver formulado, para confirmação de sua habilitação.

7.10 - Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

7.11 - No caso de desclassificação da proposta de menor preço ou inabilitação do licitante, o (a) Pregoeiro (a) examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e habilitação do licitante, na ordem de classificação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda às exigências deste Edital.

7.11.1 - Nessa etapa o(a) Pregoeiro(a), também, poderá negociar o preço com o licitante, para que sejam obtidas melhores condições para o Município de Patos de Minas, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

7.12 - Caso seja necessário, o(a) Pregoeiro(a) poderá suspender a sessão do Pregão, a qualquer momento, para realização de diligências, designando nova data para sua continuidade, ficando intimados, no mesmo ato, os licitantes presentes.

7.13 - Na sessão lavrar-se-á ata circunstanciada da sessão, com registro de todos os atos do procedimento e das ocorrências relevantes, assinada pelo(a) Pregoeiro(a), Equipe de Apoio e pelos licitantes.

7.14 - **Recomenda-se que todos os representantes das licitantes permaneçam na sessão até a conclusão dos procedimentos, inclusive assinando a ata respectiva, sob pena de decadência do direito de oferecer lances e recorrer dos atos do(a) Pregoeiro(a).**

8. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL E DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

8.1 - A Documentação de Habilitação e a Proposta Comercial deverão ser apresentadas, em envelopes distintos, colados e indevassáveis, sob pena de desqualificação, contendo em sua parte externa, as seguintes informações:

MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS
PREGÃO PRESENCIAL N.º: 036/2018
DATA DE ABERTURA: 04/09/2018
RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA: (citar o nome da empresa)
ENVELOPE N.º 01: "PROPOSTA DE PREÇOS"



Município de Patos de Minas
Secretaria Municipal de Administração

MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS
PREGÃO PRESENCIAL N.º: 036/2018
DATA DE ABERTURA: 04/09/2018
RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA: (citar o nome da empresa)
ENVELOPE N.º 02: "DOCUMENTAÇÃO"

9. PROPOSTA COMERCIAL

9.1 - O Município de Patos de Minas fornecerá a cada licitante, modelo de Proposta de Preços (Anexo I), que a licitante apresentará preenchido, em todos os campos, em português, por meio mecânico, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, rubricadas em todas as folhas e assinada pelo representante legal, na forma do Anexo I deste edital.

9.2 - Não serão consideradas as propostas apresentadas por e-mail, fax, telex, fac-símile, e telegrama, em nenhuma situação.

9.3 - Nos preços apresentados deverão estar consignados salários, fretes, tributos, contribuições, transporte, mão-de-obra, materiais e outras despesas de qualquer natureza que se fizerem indispensáveis ao perfeito atendimento do objeto deste processo.

9.4 - As propostas não poderão impor condições ou conter opções, somente sendo admitidas propostas que ofereçam apenas um preço para cada item do objeto desta licitação.

9.5 - Ocorrendo a desclassificação de todas as propostas ou inabilitação de todas as licitantes, a Administração procederá na forma do parágrafo 3º do art. 48 da Lei Federal nº 8.666/93.

9.6 - A Proposta de Preços deverá conter:

9.6.1 - Nome ou razão social, endereço, telefone, fax, e-mail, número do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ ou CPF quando se tratar de Pessoa Física; nome e número do Banco, Agência, localidade e Conta Corrente em que deverá ser efetivado o crédito, caso lhe seja adjudicado o objeto.

- O número do CNPJ deve ser o do estabelecimento da licitante que emitirá a nota fiscal eletrônica referente ao objeto licitado, indicação essa, indispensável para emissão do termo contratual/instrumento equivalente, empenho da despesa e realização do pagamento.



Município de Patos de Minas

Secretaria Municipal de Administração

- Deverão estar inclusos no preço os valores dos impostos, taxas, transporte, carga e descarga, encargos sociais e trabalhistas, e outras despesas, se houver, para o fiel atendimento do objeto. A omissão de qualquer despesa necessária ao fornecimento do objeto será interpretada como não existente ou inclusa nos preços, não podendo a licitante pleitear acréscimo após a abertura das propostas.

- A descrição completa, detalhada e individualizada de todos os itens cotados seguindo preferencialmente o modelo constante do Anexo I deste edital, datada, impressa e assinada, sem emendas, ressalvas, rasuras ou entrelinhas, assinada pelo diretor, sócio ou representante da empresa licitante com poderes para tal investidura, contendo informações e declarações conforme modelo constante do **Anexo I**, deste edital.

Descrição completa do objeto dos serviços ofertados, conforme especificações constantes dos Anexos I e VIII.

- o preço unitário e o preço total em moeda nacional, do(s) item(ns) cotado(s).

- Somente serão aceitas propostas cotadas com no máximo 02 (duas) casas decimais, sob pena de desclassificação.

- Validade da proposta, não podendo ser inferior a **60 (sessenta)** dias consecutivos, contados da data de abertura da mesma.

- Caso este prazo não esteja expressamente indicado na Proposta de Preços, o mesmo será considerado como aceite para efeito de julgamento.

- Decorridos 60 (sessenta) dias da data do recebimento das propostas, sem convocação para assinatura do instrumento equivalente, as licitantes ficam liberadas dos compromissos assumidos.

- Se, por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade das propostas, ou seja, 60 (sessenta) dias poderá ser solicitada prorrogação da validade das mesmas a todas as licitantes classificadas, por igual prazo, no mínimo, caso persista o interesse do Município de Patos de Minas. O Pregoeiro determinará o prazo para responderem a solicitação, sob pena de desclassificação da proposta.

- A prorrogação da validade das propostas, caso solicitada, nos termos do subitem anterior, dependerá do consentimento das licitantes quanto à respectiva proposta.

9.6.2 - A apresentação da Proposta de Preços na licitação será considerada como evidência de que a licitante examinou completamente o edital e todos os seus anexos, que os comparou entre si, que obteve do MUNICÍPIO informações satisfatórias sobre qualquer ponto duvidoso, e considera que o edital desta licitação lhe permitiu preparar a proposta de preços de maneira completa e totalmente satisfatória.



Município de Patos de Minas
Secretaria Municipal de Administração

9.6.3 - Cada licitante só poderá apresentar uma proposta escrita. Verificado que qualquer licitante, por intermédio de interposta pessoa, física ou jurídica, apresentou mais de uma proposta, todas serão excluídas, sujeitando-se, as licitantes eliminadas, às sanções cabíveis.

9.6.4 - Após a finalização da fase de lances, não caberá desistência da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo(a) Pregoeiro(a).

9.6.5 - Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta apresentada, seja com relação a prazo e especificações dos produtos/serviços ofertados ou qualquer condição que importe modificação dos seus termos originais, ressalvadas apenas aquelas alterações destinadas a sanar evidentes erros formais, nem serão admitidas alegações de enganos, erros ou distrações na elaboração das propostas de preços, como justificativas de solicitação de quaisquer acréscimos, de reequilíbrio econômico-financeiro do instrumento equivalente, de indenizações ou ressarcimentos de qualquer natureza.

9.6.6 – Na hipótese de discordância entre os preços apresentados, a cotação indicada por extenso prevalecerá sobre a numérica.

9.6.7 - A cotação apresentada e levada em conta, para efeito de julgamento, será de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

9.6.8 – **Serão desclassificadas as empresas que não tenham atendido às condições estabelecidas no item 9.6.1 e 9.6.2.**

9.6.9 – A Proposta de Preços poderá ser apresentada em papel timbrado da empresa.

9.6.10 - **Não serão contratados serviços que estiverem acima do valor de referência (valores contidos no Projeto Básico – Anexo VIII e Planilha de Composição de Custo - Anexo IX) desta licitação.**

10. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

A licitante deverá apresentar a documentação abaixo relacionada para habilitação no certame:

a) Registro Comercial, no caso de empresa individual, devidamente registrada na Junta Comercial competente, ou;

b) Ato constitutivo - Estatuto ou Contrato Social - e alterações em vigor², devidamente registradas e arquivadas na repartição competente, para as Sociedades

² **NOTA EXPLICATIVA:** O contrato social consolidado dispensa a apresentação do contrato original e das alterações anteriores, devendo ser apresentadas alterações posteriores ainda não consolidadas.



Município de Patos de Minas
Secretaria Municipal de Administração

Comerciais, e, em se tratando de Sociedades por Ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou;

c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de Sociedades Civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício, ou;

d) Decreto de autorização, em se tratando de empresas ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

e) Prova de Inscrição no CNPJ. O documento deverá ser expedido no máximo 90 (noventa) dias antes da data do recebimento dos envelopes;

f) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal em vigor;

g) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT conforme lei 12.440, de 07 de julho de 2011, em vigor;

h) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, em vigor;

i) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado em vigor;

j) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Município.

k) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. Caso o documento não declare sua validade somente será aceito documento expedido no máximo 90 (noventa) dias antes da data do recebimento dos envelopes;

l) Declaração expressa de que a licitante não emprega trabalhador nas situações previstas no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, assinada por sócio, diretor ou procurador que tenha poderes para tal investidura, conforme modelo **ANEXO III**;

m) Atestado de Capacidade Técnica da Empresa, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a execução satisfatória do objeto da presente licitação, observando-se que tal (is) atestado(s) não seja(m) emitido(s) pela própria



Município de Patos de Minas
Secretaria Municipal de Administração

empresa ou por empresa do mesmo grupo empresarial. O atestado deverá conter as seguintes informações:

- Nome, CNPJ e endereço completo do emitente;
- Descrição do produto fornecido ou serviço prestado;
- Nome da empresa que prestou(s) o(s) serviço (s);
- Data de emissão;
- Assinatura e identificação do signatário (nome e cargo ou função que exerce junto à emitente).

n) Declaração formal, do quantitativo e disponibilidade dos veículos, em perfeitas condições e funcionamento (mecânico e demais componentes da estrutura física), com especificações de modelo, capacidade, tudo conforme determina a legislação pertinente, para cumprimento do objeto deste Edital – **conforme item 1 do Anexo V (Pessoa Jurídica)**;

o) Declaração formal, da disponibilidade de condutores, devidamente capacitados e habilitados de acordo com a legislação pertinente (inclusive com curso de transporte de escolares ministrado por órgão competente credenciado pelo DETRAN/MG), para o serviço objeto deste edital – **conforme item 2 do Anexo V (Pessoa Jurídica)**;

p) Declaração de que comprovará a vistoria, mediante a apresentação da credencial de “Licença de Tráfego”, na categoria de “Escolar”, expedida pelo Setor de Trânsito da Secretaria Municipal de Trânsito, Transporte e Mobilidade Urbana, de acordo com suas normas, para todos os veículos que serão utilizados na prestação do serviço, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias a partir da data da homologação – **conforme item 3 do Anexo V (Pessoa Jurídica)**;

q) Declaração de que comprovará, mediante a apresentação da credencial de “Registro de Condutor” na categoria de “Escolar”, o cadastramento de todos os condutores junto à Secretaria Municipal de Infra-estrutura, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias a partir da data da homologação – **conforme item 4 do Anexo V (Pessoa Jurídica)**;

r) Declaração de que tem pleno conhecimento das estradas onde serão executados os serviços objeto deste Edital, – **conforme item 5 do Anexo V (Pessoa Jurídica)**;

10.2.1- O objeto social descrito no ato constitutivo referente às alíneas a), b), c) ou d) deste item (10) deverão possuir ramo de atividade compatível ao objeto deste edital.



Município de Patos de Minas
Secretaria Municipal de Administração

10.2.2 – Os documentos descritos nas alíneas a), b), c) ou d) podem ser substituídos pelo Certificado de Registro Cadastral (C.R.C.) emitido pelo Município de Patos de Minas/MG em vigor; sendo que o ramo de atividade também deverá ser compatível ao objeto deste edital;

10.3 - A documentação de habilitação deverá ser apresentada, preferencialmente, grampeada e/ou encadernada, na ordem retromencionada. Não serão aceitos protocolos de pedidos ou solicitações de documentos, em substituição aos documentos requeridos no presente edital.

10.4 - A documentação necessária à habilitação poderá ser apresentada em original, por qualquer processo de cópia autenticada por Tabela de Notas, ou por cópia não autenticada, desde que seja exibido juntamente com esta, o seu original, para autenticação por parte desta Equipe de Apoio – Setor de Licitações, ou por publicações em órgão da Imprensa Oficial, e serão recebidos condicionalmente por esta Equipe de Apoio – Setor de Licitações, que, se julgar necessário, verificará a sua autenticidade e veracidade. A licitante que pretender autenticação de documentos via Comissão de Pregão, deverá comparecer no Setor de Licitações com documentos originais e cópia dos mesmos. Fica facultado ao(a) Pregoeiro(a) a autenticação de documentos no dia da sessão.

10.4.1 - Para os documentos disponibilizados pela Internet e cuja autenticidade será verificada via consulta no site correspondente, pelo(a) Pregoeiro(a) ou sua equipe de apoio, serão aceitas cópias simples.

10.4.2 - O licitante obriga-se a declarar a superveniência de fato impeditivo da habilitação, se houver, observadas as penalidades cabíveis.

10.4.3 - O(a) Pregoeiro(a) e a equipe de apoio efetuarão consulta ao site da Receita Federal para certificação sobre a regularidade da inscrição da empresa no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ, em observância à legislação pertinente, confirmando, ainda, a autenticidade dos demais documentos extraídos pela internet, junto aos sites dos órgãos emissores, para fins de habilitação.

10.5 - Toda a documentação apresentada para habilitação deverá estar em nome da licitante, com o número do CNPJ/CPF e, preferencialmente, com endereço respectivo, devendo ser observado o seguinte (condição válida, também, para o pagamento dos produtos/serviços, se for o caso):

10.5.1 - Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar com o número do CNPJ da matriz, ou;



Município de Patos de Minas

Secretaria Municipal de Administração

10.5.2 - Se a licitante for a filial³, todos os documentos deverão estar com o número do CNPJ da filial, exceto quanto à Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais, bem assim quanto ao Certificado de Regularidade do FGTS, quando a licitante tenha o recolhimento dos encargos centralizado, devendo, desta forma, apresentar o documento comprobatório de autorização para a centralização;

10.5.3 - Serão dispensados da apresentação de documentos com o número do CNPJ da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da matriz;

10.6 - As licitantes participantes, que não apresentarem todos os documentos acima exigidos, ou que os apresentarem incompletos, incorretos ou com a validade expirada, poderão ser inabilitados, não se admitindo complementação posterior à sessão de abertura do certame.

10.6.1 - O(a) Pregoeiro(a), visando atender ao interesse público, poderá verificar e/ou atualizar dados e certidões das licitantes, inclusive através de consulta à internet, desde que seja feita durante a própria sessão.

10.6.2 - As Certidões que não possuírem prazo de validade, somente serão aceitas com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias consecutivos de antecedência da data prevista para apresentação das propostas.

10.7 - As ME e EPP deverão apresentar toda a documentação exigida para a habilitação, inclusive os documentos comprobatórios da regularidade fiscal, mesmo que estes apresentem alguma restrição.

10.7.1 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame na sessão do pregão, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar Federal nº 123/2006. A licitante declarada vencedora será notificada para no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, regularizar a documentação;

10.7.2 - A prorrogação do prazo para a regularização fiscal dependerá de requerimento, devidamente fundamentado, a ser dirigido ao(a) Pregoeiro(a). Entende-se por tempestivo o requerimento apresentado nos 5 (cinco) dias úteis inicialmente concedidos;

³ **NOTA EXPLICATIVA:** Embora a matriz e a filial sejam estabelecimentos de uma mesma pessoa jurídica, o direito tributário confere tratamento específico aos diferentes estabelecimentos empresariais, considerando cada um deles um domicílio tributário.



Município de Patos de Minas
Secretaria Municipal de Administração

10.7.3 - A não-regularização da situação fiscal, no prazo e condições disciplinadas no subitem 10.7.1, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, com base no art. 81 da Lei no 8.666/93 e art. 7º da Lei Federal nº 10.520/02, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

10.8 - O Município de Patos de Minas manterá em seu poder, através da Comissão de Pregão, os envelopes de documentação de habilitação das demais licitantes, pelo prazo de 30 (trinta) dias, após a homologação da licitação, devendo as empresas retirá-los após este período, sob pena de inutilização dos mesmos.

10.9 - Eventuais falhas e omissões na documentação de habilitação poderão ser sanadas na sessão pública do Pregão Presencial, inclusive verificação por meio eletrônico hábil de informações e certificada pelo(a) Pregoeiro(a).

10.10 - Constatado o pleno atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste edital e seus anexos, será declarada pelo(a) Pregoeiro(a) a vencedora do certame, sendo-lhe adjudicado o objeto.

10.11 - Caso o proponente não atenda às exigências habilitatórias ou se não for possível assinar a ata de registro de preços e/ou outro documento equivalente com a licitante vencedora, o(a) Pregoeiro(a) examinará as ofertas subseqüentes e a qualificação das licitantes, na ordem de classificação, até apurar a melhor proposta válida;

10.12 - Na situação prevista no item acima, o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar diretamente com a proponente para que seja obtido preço melhor;

10.13 - **Qualquer informação incompleta ou inverídica constante dos documentos de habilitação/proposta apurada pelo(a) Pregoeiro(a), mediante simples conferência ou diligência, implicará na inabilitação/desclassificação da respectiva licitante e envio dos documentos para o M.P.M.G. (Ministério Público de Minas Gerais), para apuração, se possível, de prática delituosa, conforme art. 89 e seguintes da Lei Federal nº 8.666/93.**

11. RECURSOS E CONTRARRAZÕES

11.1 - Declarada a vencedora, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, cuja síntese será lavrada em ata, sendo concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões de recurso, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contrarrazões em igual número de



Município de Patos de Minas
Secretaria Municipal de Administração

dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

11.1.1 - O recurso contra a decisão do(a) Pregoeiro(a) terá efeito suspensivo, exceto quando manifestamente protelatório ou quando o(a) Pregoeiro(a) puder decidir de plano.

11.1.2 – O recurso deverá ser preferencialmente apresentado de forma eletrônica (email: licitacoes@patosdeminas.mg.gov.br), acompanhada de cópia de seu documento de identificação e CPF, ou pelo representante legal ou credenciado do licitante, com indicação de sua razão social, número do CNPJ e endereço, acompanhado de cópia do documento de identificação e CPF do signatário e comprovante do poder de representação legal (contrato social, se sócio, contrato social e procuração, se procurador, somente procuração, se pública) ou ainda protocolado no setor de Protocolos do Município localizado na rua Dr. José Olympio de Melo nº 151, 1º andar, bairro Eldorado, Patos de Minas-MG, CEP:38.700-900 dirigido a Pregoeira, que encaminhará a procuradoria para análise e posteriormente a Autoridade Superior.

11.1.3 – **O Município de Patos de Minas não se responsabilizará por recursos endereçados por outras formas ou outros endereços eletrônicos, e caso não tenha sido acusado recebimento pelo(a) Pregoeiro(a), e que, por isso, sejam intempestivas.**

11.1.4 – **O email do recurso em conformidade com o item 11.1.2 deste edital será impresso e juntado ao processo, sendo considerado devido e protocolado.**

11.2 - A licitante poderá também apresentar as razões do recurso no ato do Pregão Presencial, as quais serão reduzidas a termo na respectiva ata, ficando todas as demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da lavratura da ata, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

11.3 - A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso.

11.4 - Os recursos deverão ser decididos no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

11.5 - O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.6 - O resultado do recurso será comunicado a todas as licitantes via correio eletrônico.

12. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1 - Inexistindo manifestação recursal, o(a) Pregoeiro(a) adjudicará o objeto ao licitante vencedor, competindo à autoridade competente homologar o procedimento licitatório.



Município de Patos de Minas
Secretaria Municipal de Administração

12.2 - Decididos os recursos porventura interpostos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará o objeto ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

13. DO PAGAMENTO

13.1 - O Município de Patos de Minas efetuará o pagamento, mensalmente, até o 15.º (décimo quinto) dia do mês subsequente ao do serviço prestado, após a devida aprovação pelo preposto da SEMED-Coordenadoria do Transporte Escolar, fiscalizadora dos relatórios de medição dos serviços, mediante a apresentação da documentação de cobrança pertinente;

13.2 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente liquidação de qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, obrigando-se ainda a manter regularmente em dia a sua condição de cadastrada e habilitada junto ao Cadastro de Fornecedores do Município de Patos de Minas.

13.3 - Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, devidamente regularizados.

13.4 - A critério da Administração, poderão ser utilizados os pagamentos devidos para cobrir possíveis despesas com multas, indenizações a terceiros, ou outras de responsabilidade da CONTRATADA.

13.5 - As notas fiscais eletrônicas deverão ser emitidas observando o número do CNPJ indicado pela empresa em sua Proposta de Preços (Anexo I do edital).

13.6 - Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, o contrato poderá ser alterado, para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do CONTRATADO e a retribuição da Administração para a justa remuneração do serviço, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato.

13.7 - A alteração (ampliação ou redução) da quilometragem de cada rota será de inteira responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação.

13.8. Os preços por quilômetro rodado, serão reajustados anualmente de acordo com o índice IPC da tabela FIPE categoria transporte, conforme dispõe o § 8º, do art. 65 da Lei 8.666/93.

14. DO CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE



Município de Patos de Minas
Secretaria Municipal de Administração

14.1 - Encerrado o procedimento licitatório, o representante legal da proposta vencedora será convocado para firmar o termo de contrato ou instrumento equivalente, e da proposta aceita.

14.1.1 - O adjudicatário deverá comprovar a manutenção das condições demonstradas para habilitação para assinar o contrato ou instrumento equivalente.

14.1.2 - Caso o adjudicatário não apresente situação regular no ato da assinatura do contrato ou instrumento equivalente, ou recuse-se a assiná-lo, serão convocados as licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, para celebrar o contrato ou instrumento equivalente.

14.2 - O representante legal da proposta vencedora deverá assinar o contrato ou instrumento equivalente, dentro do prazo máximo de **30 (trinta)** dias a contar da expedição da comunicação para tal. **E apresentar como condição para assinatura do contrato** vistorias dos veículos realizadas pela SETTRAM/Diretoria de Trânsito e Transporte, **no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos**, após a homologação. **Serão desclassificadas as licitantes que não cumprirem o prazo determinado para as vistorias.**

14.3 - Qualquer solicitação de prorrogação de prazo para assinatura do contrato ou instrumento equivalente, decorrente desta licitação, somente será analisada se apresentada antes do decurso do prazo para tal e devidamente fundamentada.

14.4 - Deverá ser apresentada a seguinte documentação, como condição para assinatura do contrato:

14.4.1 As documentações exigidas para realização da(s) vistorias do(s) veículo(s) são:

- A) Registro Comercial, no caso de empresa individual, devidamente registrada na Junta Comercial competente; B) Ato constitutivo - Estatuto ou Contrato Social - e a última alteração em vigor (que poderá ser apresentada na forma consolidada, substituindo o contrato original), devidamente registrada e arquivados na repartição competente, para as Sociedades Comerciais, e, em se tratando de Sociedades por Ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, com a publicação no Diário Oficial da Ata de Assembleia que aprovou o Estatuto; C) Inscrição do ato constitutivo, no caso de Sociedades Civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício. D) Decreto de autorização, em se tratando de empresas ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- Cartão de inscrição no C.N.P.J, atualizado;
- Documento comprobatório de propriedade do veículo- Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo (CRLV) datado, assinado e autenticado do exercício 2018;



Município de Patos de Minas
Secretaria Municipal de Administração

- Vistoria mecânica do veículo efetuada por empresa credenciada ao INMETRO/DENATRAN. Validade da vistoria mecânica não podendo ser superior a 06 **(seis)** meses consecutivos, contados da data de realização da vistoria.
- Certificado de cronotacógrafo;
- Veículo deverá estar licenciado no Município de Patos de Minas;
- **Documentos necessários para os condutores que prestarão os serviços:**
 - Listagem contendo os nomes e dados dos condutores que irão prestar os serviços devidamente assinada pelo representante da empresa;
 - Cópia da Identidade e do CPF;
 - Carteira Nacional de Habilitação, no mínimo categoria “D” ou “E” do condutor (proprietário) do veículo, com inscrição no verso no campo Observação: “Hab. Escolar”;
 - Certidão de Prontuário do Condutor portador da CNH ou “print” da CNH (internet ou CIRETRAN) comprovando a inexistência de infrações gravíssimas, graves ou reincidência em infrações médias nos últimos 12 (doze) meses;
 - Se do sexo masculino, prova de quitação com o serviço militar, comprovada através da apresentação do certificado de reservista, ou ainda mediante apresentação de certidão negativa da justiça militar, válida, que pode ser emitida pelo site [http://www.stm.jus.br/publicacoes/certidao-negativa/emitir-certidao](http://www.stm.jus.br/publicacoes/certidao-negativa/emitir-certidao;);
 - Prova de quitação com o serviço eleitoral, comprovada através da apresentação de certidão de quitação eleitoral, válida, que pode ser emitida pelo site <http://www.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral>;
 - Atestado médico de sanidade física e mental, emitido em, no máximo, 15 dias;
 - Comprovante de endereço atualizado, emitido nos últimos 60 (sessenta) dias, ou declaração de domicílio de próprio punho, datada;
 - Certidão negativa criminal da justiça estadual, válida, expedida pelo Fórum da Comarca da licitante;
 - Certidão negativa criminal da justiça federal, válida, podendo ser emitida pelo site <http://www.jf.jus.br/cjf/servico/certidao-negativa>;
 - Cópia das páginas da CTPS (Carteira de Trabalho e Previdência Social) parte de identificação frente e verso e a página da contratação;

Deverá ser observado o artigo 29 da Lei Municipal 6.200 de 06/01/2010 para a idade dos veículos.



Município de Patos de Minas
Secretaria Municipal de Administração

14.5– A vistoria nos veículos será executada pelo órgão competente, por agentes próprios ou por terceiros por ele designados e credenciados pelo INMETRO/DENATRAN;

14.5.1 – O veículo vistoriado e aprovado receberá um selo que será afixado em local visível, contendo a data da vistoria e sua validade;

14.5.2 – Os equipamentos medidores tais como tacógrafos e velocímetros, deverão ser aferidos e lacrados pelo INMETRO ou pela Diretoria de Trânsito e Transporte – DTT.

14.6 - Na hipótese de ocorrência de acidentes que comprometam a segurança do veículo, o permissionário, depois de reparadas as avarias e antes de colocar o veículo novamente em tráfego, deverá submetê-lo à outra vistoria, como condição imprescindível para sua liberação.

14.6.1 - Não será permitida a troca de veículo proposto na licitação até a assinatura do contrato, exceto em caso de furto, roubo, acidente grave ou destruição total comprovado através de Boletim de Ocorrência Policial. Neste caso, o novo veículo também deverá atender às exigências desta licitação, comprovadas através de processo administrativo (documentação e vistoria).

14.7 - Completada(s) a(s) vistoria(s) de cada licitante vencedora, a SETTRAM/DTT solicitará a elaboração do **CONTRATO** com a respectiva licitante.

14.8 - O vencedor no ato da assinatura do contrato deverá comprovar a vistoria aprovada realizada na SETTRAM/DTT no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a homologação.

14.9 – O licitante vencedor que não cumprir a vistoria dentro do prazo estabelecido neste edital, acarretando assim na não assinatura do contrato, será caracterizado o descumprimento total da obrigação assumido, sujeitando-se as penalidades legalmente estabelecidas.

14.10– No caso de descumprimento das obrigações assumidas ou recusa da assinatura do instrumento contratual pelo licitante vencedor, será convocado os licitantes remanescentes nos termos do art. 64 § 2º da Lei Federal n.º 8.666/93 o inciso XXIII do art. 4º da Lei Federal 10.520/2002.

14.11 - Qualquer solicitação de prorrogação de prazo para assinatura do contrato ou instrumento equivalente, decorrente desta licitação, somente será analisada se apresentada antes do decurso do prazo para tal e devidamente fundamentada.

15. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS LICITANTES



Município de Patos de Minas

Secretaria Municipal de Administração

15.1 - A licitante é responsável:

15.1.1 - Pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, bem como qualquer transação efetuada diretamente por seus representantes, não cabendo o Município de Patos de Minas responsabilidade por eventuais danos decorrentes de terceiros;

15.1.2 - Pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação;

15.1.3 - Pela manutenção do compromisso de executar o objeto deste Edital nas condições estabelecidas, dentro do prazo de validade da proposta, caso seja a vencedora da licitação;

15.1.4 - Pelo cumprimento dos prazos e demais exigências deste Edital e seus anexos;

15.1.5 - Pela leitura e compreensão deste Edital, incluindo seus anexos, não sendo admitida alegação posterior de desconhecimento.

15.2. Em decorrência deste Edital o Município se compromete a:

15.2.1 - Cumprir todas as normas e condições do presente Edital e;

15.2.2 - Fornecer todas as informações ou esclarecimentos e condições necessárias ao pleno atendimento do objeto pela licitante vencedora.

16.1 - São obrigações da CONTRATADA:

16.1.1 – Entregar/Prestar os produtos/serviços de acordo com o especificado neste Edital e seus anexos.

16.1.2 - Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela Contratante quanto ao objeto contratado;

16.1.3 – Entregar/Prestar os objetos/serviços no local e prazo estipulado;**16.1.4** - Substituir, no prazo de determinado por este Município, o objeto que esteja em desacordo com as especificações contidas no termo de referência, sem acréscimo de valor.**16.1.5** - Responsabilizar-se por todos os encargos sociais e trabalhistas que incidam sobre a execução do contrato/ata;

16.1.6 - Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente do trabalho, quando, em ocorrências da espécie, forem vítimas os seus empregados, durante a execução do contrato/ata;

16.1.7- Responsabilizar-se por todas as obrigações e encargos que incidam, ou venham a incidir sobre terceiros, durante a execução do contrato;

16.1.8 - Fornecer informações à Administração Municipal, sempre que lhes forem solicitadas;

16.1.9 - Assumir inteira responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer danos e prejuízos materiais ou pessoais causados por seus empregados ou prepostos, à contratante ou a terceiros, aplicando-se ao presente contrato a Lei nº 8.078 de 11/09/90, em especial os artigos 14 e 20;

16.1.10 - Manter a sua condição de habilitada, durante todo o período de execução do contrato/ata;

16.1.11 - Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas, tais como: salários, transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações e quaisquer outras que forem devidas aos seus empregados, no



Município de Patos de Minas

Secretaria Municipal de Administração

desempenho do objeto ora licitado, ficando ainda, a CONTRATANTE, isenta de qualquer vínculo empregatício com os mesmos;

16.1.12 - Cumprir fielmente o contrato/instrumento equivalente, zelar por sua boa execução, de modo que a entrega/prestação do produto/serviço seja realizada com esmero e perfeição e executar sob sua inteira responsabilidade até o seu término, vedada sua transferência a terceiros, total ou parcial.

16.1.13 - Independentemente de transcrição, sujeitar-se às demais obrigações estabelecidas nos Termos de Referência/Projetos Básicos, neste Edital e seus anexos.

16.1.14 - A CONTRATADA deverá certificar que os condutores dos veículos que irão prestar os serviços solicitados pela CONTRATANTE possuem:

a) RG e CPF;

b) Carteira Nacional de Habilitação, no mínimo categoria “D” ou “E” do condutor (proprietário) do veículo, com inscrição no verso no campo Observação: “Hab. Escolar”;

c) Certidão de Prontuário do Condutor portador da CNH ou “print” da CNH (internet ou CIRETRAN) comprovando a inexistência de infrações gravíssimas, graves ou reincidência em infrações médias nos últimos 12 (doze) meses;

d) Caso o motorista seja do sexo masculino, estar quite com o serviço militar, comprovado através da apresentação do certificado de reservista, ou ainda mediante apresentação de certidão negativa da justiça militar, válida, que pode ser emitida pelo site <http://www.stm.jus.br/publicacoes/certidao-negativa/emitir-certidao>;

e) Prova de quitação com o serviço eleitoral, comprovada através da apresentação de certidão de quitação eleitoral, válida, que pode ser emitida pelo site <http://www.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral>;

f) Atestado médico de sanidade física e mental, emitido em, no máximo, 15 dias;

g) Comprovante de endereço atualizado, emitido nos últimos 60 (sessenta) dias, ou declaração de domicílio de próprio punho, datada;

h) Certidão negativa criminal da justiça estadual, válida, expedida pelo Fórum da Comarca da licitante;

i) Certidão negativa criminal da justiça federal, válida, podendo ser emitida pelo site <http://www.jf.jus.br/cjf/servico/certidao-negativa>;

j) Cópia das páginas da CTPS (Carteira de Trabalho e Previdência Social) parte de identificação frente e verso e a página da contratação;

17.2- São obrigações da CONTRATANTE:

17.2.1 - Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, podendo sustar ou recusar o produto/serviço em desacordo com as especificações;

17.2.2 - Proporcionar todas as facilidades necessárias à Contratada, inclusive comunicado por escrito e tempestivamente, qualquer mudança de administração e endereço de cobrança, bem como, qualquer ocorrência relacionada com a entrega/realização do produto/serviço;

17.2.3 - Fiscalizar se os produtos/serviços estão sendo entregues/prestados conforme as especificações e exigências estabelecidas no contrato/ata;

17.2.4 - Emitir Nota de empenho em favor da Contratada;

17.2.5 - Realizar o pagamento dos materiais/serviços, nos termos do contrato/ata.



Município de Patos de Minas
Secretaria Municipal de Administração

17.2.6 - Exercer rigoroso controle de qualidade sobre o objeto da licitação, sendo o gestor deste contrato/ata.

18. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1 – AOS LICITANTES:

18.1.1 - Ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal e, se for o caso, será descredenciado do Cadastro Geral de Fornecedores do Município de Patos de Minas, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das multas de até 10% do valor do contrato e demais cominações legais, nos termos do art. 81 da Lei Federal 8.666/93, do art. 7º da Lei Federal nº 10.520/02, o ADJUDICATÁRIO que:

- a) convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar o contrato, deixar de apresentar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa;
- b) ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- c) não mantiver a proposta;
- d) falhar ou fraudar a execução do contrato/instrumento equivalente;
- e) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

18.1.2 – Não será aplicada a multa às empresas remanescentes, em virtude da não aceitação das condições da primeira colocada.

18.2 – À CONTRATADA:

18.2.1 - Pela inexecução total ou parcial da contratação, a Administração poderá, garantida prévia defesa, aplicar a CONTRATADA a extensão da falta ensejada, as penalidades previstas no Art. 87, da Lei 8.666/93 e no art. 7º da Lei 10.520/02, na forma prevista no respectivo instrumento licitatório.

18.2.2 - O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela licitante vencedora, sem justificativa aceita pela Administração Municipal, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, nas seguintes sanções:

- a) 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na execução do objeto, ou por dia de atraso no cumprimento de obrigação contratual ou legal, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor do Contrato, por ocorrência;
- b) 05% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto ou no cumprimento de obrigação contratual ou legal, com a possível rescisão contratual;



Município de Patos de Minas
Secretaria Municipal de Administração

c) 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato, na hipótese de a **CONTRATADA**, injustificadamente, desistir do Contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de descumprimento contratual, quando o **MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS**, em face da menor gravidade do fato e mediante motivação da autoridade superior, poderá reduzir o percentual da multa a ser aplicada.

d) O valor das multas aplicadas, após regular processo administrativo, será descontado dos pagamentos devidos pelo **MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS**. Se os valores dos pagamentos devidos não forem suficientes, a diferença será recolhida pela **CONTRATADA** no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar da aplicação da sanção;

e) As sanções previstas, em face da gravidade da infração, poderão ser aplicadas cumulativamente, após regular processo administrativo em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

f) Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Municipal por prazo de até 05 (cinco) anos, nos casos de descumprimento de cláusulas contratuais; e

g) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a licitante vencedora ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada.

18.2.3 - As penalidades aplicadas só poderão ser relevadas na hipótese de caso fortuito, força maior, devidamente justificadas e comprovadas, a juízo da Administração.

19. DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização do serviço será exercida por representante da CONTRATANTE, neste ato denominado FISCAL, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução e que de tudo dará ciência a CONTRATADA (Art. 67 de Lei N.º 8.666/93). A fiscalização dos serviços será realizada pela Secretaria Municipal de Educação – Coordenadoria do Transporte Escolar.

Parágrafo primeiro - A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, ainda que resultantes de imperfeições técnicas (Art. 70, da Lei 8.666/93).

Parágrafo segundo - A CONTRATANTE se reserva o direito de rejeitar no todo ou em



Município de Patos de Minas
Secretaria Municipal de Administração

parte o serviço em desacordo com o Contrato.

20. DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

As despesas decorrentes com a prestação dos serviços correrão no exercício de **2018** à conta das seguintes Dotações Orçamentárias **informadas pelos órgãos requisitantes conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal e a Lei de Diretrizes Orçamentárias** e, nos exercícios seguintes, correrão a conta das dotações orçamentárias próprias, para atender as despesas da mesma natureza:

- 10.01.00.12.361.0007.2.0135 – 1915 – Programa Integração AABB Comunidade
- 10.01.00.12.361.0007.2.0491 – 2050 – Transporte de Alunos do Ensino Fundamental
- 10.01.00.12.361.0007.2.0492 – 3102 – Transporte de Alunos do Ensino Médio

21. DAS RETENÇÕES (SE FOR O CASO)

21.1 - PARA A PREVIDÊNCIA SOCIAL - Em cumprimento ao artigo 31 da Lei nº 8.212/91, e alterações posteriores, e Instruções Normativas vigentes no período da contratação editadas pelo Instituto Nacional do Seguro Social, a CONTRATANTE reterá 11% (onze por cento) do valor bruto da nota fiscal ou fatura de prestação de serviços, ou percentual referente a atividade específica observado o disposto na IN vigente, exceto para as empresas optante pelo SIMPLES NACIONAL” e desde que observado o disposto no art. 191 da IN 971/09 da RFB.

21.1.1 - Como decorrência da retenção, a CONTRATANTE obriga-se à recolher ao INSS a importância retida em nome da CONTRATADA, por meio de documento de arrecadação identificado com a inscrição do estabelecimento da empresa CONTRATADA no CNPJ/MF e com a razão social da empresa CONTRATANTE e CONTRATADA, até o dia dois do mês seguinte ao da data da emissão da fatura, ou no primeiro dia útil subsequente, se não houver expediente bancário no dia dois.

21.1.2 - Na emissão da fatura, a empresa CONTRATADA deverá destacar o valor da retenção, com o título de RETENÇÃO PARA PREVIDÊNCIA SOCIAL, observadas as regras das Instruções editadas pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

21.1.3 - A falta de destaque do valor de retenção no documento autoriza que a CONTRATANTE proceda a devida retenção sobre o título de cobrança ou o devolva à CONTRATADA para que seja providenciada a adequação.



Município de Patos de Minas
Secretaria Municipal de Administração

21.1.4 – A contratada deverá apresentar planilha que comprove a parte de fornecimento de serviços discriminada na nota fiscal.

21.2 - IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA (SE FOR O CASO) - Em cumprimento ao Código Tributário Municipal e aos dispostos na Lei Complementar nº 204 de 22 de dezembro de 2003, a CONTRATADA deverá destacar alíquota correspondente ao serviço prestado observando a Tabela I da referida Lei, calculada sobre o valor bruto da nota fiscal.

21.2.1 - Na emissão da nota fiscal de prestação de serviços, a empresa CONTRATADA deverá destacar o valor do imposto, no campo específico, observada a legislação pertinente.

21.2.2 - A falta de destaque do valor do imposto no documento fiscal autoriza que a CONTRATANTE proceda o devido desconto sobre o título de cobrança ou devolva à CONTRATADA para que seja providenciada a adequação.

22. DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO

22.1 - A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará a sua rescisão do pleno direito, independentemente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial, no caso de uma das ocorrências prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8666/93.

22.2 - A Administração se reserva o direito de rescindir o Contrato, caso a rota demonstre ser inviável, sem que isso dê ao CONTRATADO o direito de pleitear qualquer tipo de indenização.

23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1 - Este edital deverá ser lido e interpretado na íntegra, e após apresentação da documentação e da proposta não serão aceitas alegações de desconhecimento de seus termos.

23.2 - Não serão permitidos quaisquer adendos, acréscimos, ou retificações aos documentos, após sua apresentação.

23.3 - Será dada vista aos proponentes interessados tanto das Propostas Comerciais como dos Documentos de Habilitação apresentados na sessão.

23.4 - É facultado ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior em qualquer fase do julgamento, suspender a sessão pública para promover diligências e consultas destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição do ofertado, bem como



Município de Patos de Minas
Secretaria Municipal de Administração

solicitar a Órgãos competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões, marcando nova data e horário para prosseguimento dos trabalhos, comunicando a decisão aos Licitantes.

23.5 - O Pregoeiro, no interesse da Administração, poderá releva omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometa a lisura da licitação sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

23.6 - É vedada a desistência de proposta após sua abertura, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio – Setor de Licitação.

23.7 - Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, o valor poderá ser alterado, para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do serviço, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial.

23.8 - É vedado à contratada subcontratar total ou parcialmente o fornecimento do objeto deste pregão, sem expressa anuência da CONTRATANTE.

23.9 - Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração ou pela apresentação de documentação referente ao presente edital.

23.10 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, observando-se que só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente no Município de Patos de Minas.

23.11 - A Administração Municipal poderá revogar a presente licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou mediante provocação de terceiros, nos termos do art. 49 da Lei n.º 8.666, de 21/06/1993, não cabendo às licitantes direito a indenização.

23.12 - No caso de alteração deste edital no curso do prazo estabelecido para o recebimento dos documentos e classificação, este prazo será reaberto, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

23.13 - Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas do presente edital, o Foro competente será o da Comarca de Patos de Minas- MG.



Município de Patos de Minas
Secretaria Municipal de Administração

23.14 - Na hipótese de não haver expediente no dia da abertura da presente licitação, ficará esta transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo local e horário, anteriormente estabelecidos.

23.15 - Todas as alterações, retificações ou esclarecimentos que porventura se fizerem necessários serão publicados no Diário Oficial e/ou no site www.patosdeminas.mg.gov.br, sendo que o acompanhamento destas informações será de total responsabilidade das licitantes.

23.16 - Quaisquer dúvidas porventura existentes sobre o disposto no presente edital, deverão ser objeto de consulta, por escrito, à Pregoeiro, no Município de Patos de Minas, no endereço Rua Dr. José Olympio de Melo, n. 151, 2º andar, Eldorado, na sala da Comissão de Pregão até 3 (três) dias úteis anteriores à data de início dos trabalhos licitatórios, as quais serão respondidas, igualmente por escrito, após esgotado o prazo de consulta, por meio de circular encaminhada a todos os interessados. Demais informações poderão ser obtidas pelo telefone 0-xx-(34) 3822-9604/9607/9605 ou pelo e-mail licitacoes@patosdeminas.mg.gov.br.

23.17 - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Pregão, dentro dos seus limites legais.

23.18 - Fazem parte integrante e inseparável deste Edital:

Anexo I - Proposta de Preços;

Anexo II - Declaração referente à habilitação;

Anexo III - Declaração da empresa, conforme disposto no Inc. XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal;

Anexo IV - Modelo de Credenciamento;

Anexo V - Declaração Formal;

Anexo VI - Atestado de Capacidade Técnica;

Anexo VII - Declaração, firmada pelo representante legal da empresa, de não haver nenhum dos impedimentos previstos no § 4º do art. 3º da LC 123/2006;

Anexo VIII – Projeto Básico/ Termo de Referência;

Anexo IX - Planilhas de Custos;

Anexo X - Minuta de Contrato;

Anexo XI – Vedação do Consórcio.

Patos de Minas, 17 de agosto de 2018.



Município de Patos de Minas
Secretaria Municipal de Administração

José Martins Coelho
Secretário Municipal de Administração

Álvaro Guilherme Rocha
Pregoeiro



Município de Patos de Minas
Secretaria Municipal de Administração

ANEXO I – PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2018
PROCESSO Nº 171/2018- PROTOCOLO Nº 13.363/2018

Razão Social do Licitante:

CNPJ:

Insc. Estadual:

Endereço:

Cidade:

Estado:

Telefone:

Fax:

E-mail:

INFORMACÕES PARA PAGAMENTOS (quando por sistema bancário):

Banco:

Agência

Conta:

REPRESENTANTE LEGAL PARA FINS DE ASSINATURA DO CONTRATO:

Nome:

Identidade:

Órgão expedidor:

Estado Civil:

Nacionalidade:

CPF:

E-mail:

ITEM	QTDE.	UNID.	DESCRIÇÃO	VALOR KM RODADO	VALOR TOTAL
36.804	50.440	Km	<u>Rota: Nº01 – Fazenda do Vigílio – Paraíso - Santa Tereziha - Geraldo da luz - Escola Estadual “Juca Mandu” (Santana de Patos)</u>		
<u>36.140</u>	56.940	Km	<u>Rota: Nº 02 – Acampamento 02 de Novembro à Escola Estadual “Juca Mandu” – (Santana de Patos).</u>		
<u>48.820</u>	22.620	Km	<u>Rota: Nº 03 – Campo Alegre - Extrema – Fazenda do Mané Cenoura à Escola Estadual “Juca Mandu” (Santana de Patos)</u>		
<u>48.821</u>	38.520	Km	<u>Rota: Nº 04 – Fazendas: Tinôco, Balaieros, Zelia, Sapes , Alair – Escola Estadual “Juca Mandu”(Santana de Patos)</u>		



Município de Patos de Minas
Secretaria Municipal de Administração

<u>48.822</u>	17.420	Km	<u>Rota: Nº 05 – Fazenda Paiol Queimado – Escola Municipal “Moises Basílio de Camargos”</u>		
<u>48.823</u>	29.380	Km	<u>Rota: Nº 06 – Fazenda Bráulio – Fazenda Wilton Caixeta – Vieiras – Edson Caetano – Contendas – Fazenda Gaspar Vieira – Escola Municipal “Delfim Moreira”(Lanhosos)</u>		
36.803	19.240	Km	<u>Rota: Nº 07 – Fazenda Braulio – Fazenda Zé Geraldo – Vieiras – BR 365 – Pesque e Pague – Contendas – Fazenda do Cunha – Escola Municipal “Delfim Moreira”(Lanhosos)</u>		
48.824	17.680	Km	<u>Rota: Nº 08 – Trevo de Santana – Fazenda Antonio da Lena – Paraíso – Escola Municipal “Delfim Moreira”(Lanhosos).</u>		
48.825	38.220	Km	<u>Rota: Nº 09 – Fazenda Vieiras – Coca-Cola – Barreiro – BR 352 – Brazol – Fazenda Lanhosos – Escola Municipal “Delfim Moreira”(Lanhosos) – Vieiras e Escola Estadual “Juca Mandu”(Santana de Patos)</u>		
<u>48.826</u>	28.860	Km	<u>Rota: Nº 10 – Fazenda Manoel Teixeira – Mata da Guariroba – Córrego das Pedras – Fazenda Quiabo – Escola Municipal “Abdias Caldeiras Brant”(Alagoas)</u>		
37.389	22.100	Km	<u>Rota: Nº 11 – Rações Patense – Olhos D’água – Mecifram – Escola Municipal “Abdias Caldeira Brant”(Alagoas)</u>		
48.827	23.400	Km	<u>Rota: Nº 12 – Mata do Brejo – Barreirinho – Restinga – Escola Municipal “Abdias Caldeira Brant” (Alagoas)</u>		
48.828	23.140	Km	<u>Rota: Nº 13 – Fazenda Oscar – Serra da Mata – Escola Municipal “Abdias Caldeira Brant”(Alagoas)</u>		
31.164	25.480	Km	<u>Rota: Nº 14 – São Luiz de Baixo – Joel Mandu – Boassara BR 352 – Córrego das Taperas – Escola Municipal “Abdias Caldeira Brant” (Alagoas)</u>		
38.224	28.600	Km	<u>Rota: Nº 15 – Fazenda Gaspar Pirapora “Lanhosos” – Pau de Óleo – BR 365 – Contendas – Boa Vista – Fazenda Coca-Cola – Barreiro – Escola Municipal “Abdias Caldeira Brant” – Escola Estadual Eustáquio José da Silva (Alagoas)</u>		
48.829	20.280	Km	<u>Rota: Nº 16 – Rancho Europa – Antônio Siana – Capela das Posses – Alecrim – Escola Municipal João Gualberto Amorim Júnior (Curraleiro)</u>		
36.805	25.220	Km	<u>Rota: Nº 17 – São Luiz de Baixo – Joel Mandú - Boassara – Mata do Brejo – Escola Municipal João Gualberto Amorim Júnior (Curraleiro)</u>		
48.830	26.520	Km	<u>Rota: Nº 18 – Bebedouro - Serra do Bebedouro – Barreirinho – Escola Municipal João Gualberto Amorim Júnior (Curraleiro)</u>		



Município de Patos de Minas
Secretaria Municipal de Administração

36.198	19.500	Km	<u>Rota: Nº 19 – Paciência – Corrego Raso – Fazenda Braz - Igreja Potreiros – Escola Municipal Cônego Getúlio (Pilar)</u>		
36.143	17.680	Km	<u>Rota: Nº 20 – Fazenda Sinval – Fazenda Baldo – Rocinha – Vale Fertilizantes – Fazenda Santo Antonio – Escola Municipal Cônego Getúlio (Pilar)</u>		
36.144	30.680	Km	<u>Rota: Nº 21 – Fazenda de Baixo – Fazenda do Lucio – Perobinha – Brejão – Escola Municipal Cônego Getúlio (Pilar)</u>		
48.831	30.940	Km	<u>Rota: Nº 22 – Fazenda Cabral – BR 352 – Escola Municipal Cônego Getúlio (Pilar)</u>		
48.832	32.500	Km	<u>Rota: Nº 23 – Fazenda Dona Alvina – Fazenda Velha – São Miguel – Paciência – Corrego Raso Escola Municipal Cônego Getúlio (Pilar)</u>		
48.833	30.160	Km	<u>Rota: Nº 24 – Cabeceira do Chumbo – Banco da Terra – Escola Municipal Major Augusto Porto – Posses do Chumbo – Escola Municipal Gino André Barbosa (Areado)</u>		
48.834	38.520	Km	<u>Rota: Nº 25 – Fazenda Catanduva – Moreira – Baianos – Café Patense – Sapé – Ranchinho – Escola Municipal Gino Andre Barbosa - Escola Municipal Major Augusto Porto (Areado)</u>		
36.145	16.380	Km	<u>Rota: Nº 26 – Café Patense – Indaiá – Posses do Chumbo – Escola Municipal Gino André Barbosa – Escola Municipal Major Augusto Porto (Areado)</u>		
48.835	23.140	Km	<u>Rota: Nº 27 – Café Patense – Entrada da Colônia – Açude – Leal – Posses – Escola Estadual Arlindo Porto (Areado)</u>		
48.836	22.100	Km	<u>Rota: Nº 28 – Café Patense – Carvoeira – Doutor Marcio Abdala – Entrada Colônia – Açude I – Leal – Escola Municipal Gino Andre Barbosa - Escola Municipal Major Augusto Porto (Areado)</u>		
48.837	36.400	Km	<u>Rota: Nº 29 – Cabeceira do Areado – Moreiras – Baianos – Café Patense – Escola Municipal Gino Andre Barbosa - Escola Municipal Major Augusto Porto (Areado)</u>		
48.838	23.660	Km	<u>Rota: Nº 30 – Barragem – Edgar Maia – Gilmar – Colônia Agrícola - Três Porteiros – Cemitério – Leal – Escola Municipal Gino Andre Barbosa - Escola Municipal Major Augusto Porto (Areado)</u>		
48.839	35.620	Km	<u>Rota: Nº 31 – Vertentes - Escola Municipal Major Augusto Porto - Leal - Escola Municipal Gino Andre Barbosa – Atendimento APAE (Areado)</u>		
48.840	19.500	Km	<u>Rota: Nº 32 – Cabeceira do Areado – Escola Municipal Major Augusto Porto - Escola Municipal Gino André Barbosa (Areado)</u>		



Município de Patos de Minas
Secretaria Municipal de Administração

48.841	23.140	Km	<u>Rota: Nº 33 – Firmes – Ranchinho – Escola Municipal Major Augusto Porto – Sapé – Escola Municipal Gino André Barbosa (Areado)</u>		
48.842	28.080	Km	<u>Rota: Nº 34 – Fazenda do Adilson - BR 365 – Leal – Cabeceira da Abelha – Posses - Escola Municipal Gino Andre Barbosa – Escola Municipal Major Augusto Porto (Areado)</u>		
38.695	34.060	Km	<u>Rota: Nº 35 – Tijunqueiros – Abelha – Firmes – Basílio – Escola Municipal José Paulo de Amorim (Pindaíbas)</u>		
38.696	27.820	Km	<u>Rota: Nº 36 – Buracão – Escola Municipal José Paulo de Amorim (Pindaíbas)</u>		
38.697	45.760	Km	<u>Rota: Nº 37 – Ponto Pirapora – Palmital – Ponto Santo – Escola Estadual Major Mota (Major Porto)</u>		
48.843	41.080	Km	<u>Rota: Nº 38 – Fazenda Marlene – Chapadão dos Tavares – Fazenda Jose do Conde – Fazenda do Luiz Abílio – Fazenda do Branco Moises – Fazenda do Nêgo Fulô – Serra da Quina – Escola Estadual Major Mota. (Major Porto)</u>		
38.699	23.920	Km	<u>Rota: Nº 39 – Fazenda Santa Maria – Fazenda Cocaís – Escola Municipal Jeremias Francisco de Paula – Fazenda Matinha – Escola Estadual João Barbosa Porto(Santa Maria)</u>		
38.700	35.360	Km	<u>Rota: Nº 40 – Fazenda BMG – Fazenda Lajeado – Fazenda Fufu – Escola Municipal Jeremias Ferreira de Paula(Santa Maria)</u>		
38.701	29.380	Km	<u>Rota: Nº 41 – Fazenda BMG – Fazenda Barro Preto – Lagoa Seca - Extrema – Três Porteiras – Santa Maria – Escola Estadual João Barbosa Porto – Escola Municipal Jeremias Francisco de Paula(Santa Maria)</u>		
38.702	28.080	Km	<u>Rota: Nº 42 - Fazenda Extrema – Bom Sucesso – Fazenda Carlúcia – Escola Estadual João Barbosa Porto – Mauredes – Ponte do Rio Abaeté – Adriano – Escola Estadual João Barbosa Porto (Bom Sucesso)</u>		
48.844	24.700	Km	<u>Rota: Nº 43 – Cascata – Paulistas – Trinta Paus – Escola Municipal Frei Leopoldo – Escola Municipal Maria Inez Rubinger de Queiroz Rodrigues (Patos de Minas)</u>		
48.845	31.200	Km	<u>Rota: Nº 44 – Bebedouro das Posses – Onça – Capela das Posses – Escola Municipal Prefeito Jaques Correia</u>		
48.846	25.480	Km	<u>Rota: Nº 45 – Trevo da Serrinha – Fazenda Barreiro – Vila São João – Escola Municipal Frei Leopoldo – Escola Municipal Maria Inez Rubinger de Queiroz Rodrigues</u>		



Município de Patos de Minas
Secretaria Municipal de Administração

48.847	31.980	Km	<u>Rota: N° 46 – Vieiras – Caldo de Cana – Br 365 Br 352 – Barreiro – Baixadinha – APAE – Patos de Minas</u>		
48.848	43.940	Km	<u>Rota: N° 47 – Trevo do Patão – Aguinaldo das Pamonhas – Mata Burro – Aragão – Escola Municipal Professora Marluce Martins de Oliveira Scher – Escola Municipal Maria Inez Rubinger de Queiroz – Escola Estadual Marcolino de Barros (Patos de Minas)</u>		
48.849	28.080	Km	<u>Rota: N° 48 – Fazenda Retiro – Arraial dos Afonsos – Estrada do Sumaré – Escola Municipal Professora Madalena Maria De Melo – Escola Municipal Maria Inez Rubinger de Queiroz (Patos de Minas)</u>		
48.850	36.140	Km	<u>Rota: N° 49 – Fazenda Arlindo – Ponto Chic – Estrada Sumaré – BR 365 – Escola Municipal Maria Inez Rubinger de Queiroz Rodrigues (Patos de Minas)</u>		
48.851	26.520	Km	<u>Rota: N° 50 – Fazenda Arlindo – Ponto Chic – Estrada Sumaré – BR 365 – Escola Municipal Maria Inez Rubinger de Queiroz Rodrigues – Escola Municipal Prefeito Jacques Corrêa da Costa (Patos de Minas)</u>		
48.852	57.980	Km	<u>Rota: N° 51 – Três Porteiras – Santa Maria – Major Porto – Vertentes – Café Patense – APAE (Patos de Minas)</u>		
48.853	36.920	Km	<u>Rota: N° 52 – Boassara – BR 352 – Restinda – Povoado de Alagoas – APAE (Patos de Minas)</u>		
48.854	42.640	Km	<u>Rota: N° 53 – Barreirinho – Serra dos Queiroz – Ribeirão da Cota – Escola Maria Inez Rubinger de Queiroz Rodrigues (Patos de Minas)</u>		
48.855	13.780	Km	<u>Rota: N° 54 – Rua da Mata dos Fernandes – Rua Ponto Chic – Rua Zulmira Vieira de Araujo – Avenida Quaresmeiras – Avenida João Batista Rodrigues – Avenida João Marques de Queiroz – Rua Jequitinhonha – Rua Eucaliptos – Rua Jari – Avenida Patrício Filho – Rua Buritis – Rotatória Paineiras – Av. Marabá – Avenida Major Gote – Rua Dom José Coimbra – Rua Albânia – Rua Carvalho – Clube AABB (Patos de Minas)</u>		
48.856	21.580	Km	<u>Rota: N° 55 – Rua Ceará – Rua Carmo do Paranaíba – Avenida Vitoria – Rua Paraná – Avenida Brasil – Rua Joaquim das Chagas – Avenida Padre Almir – Rua Professora Elza Carneiro Franco – Rua Lucy Mesquita – Rua Miguel Machado Marques – Rua São Geraldo – Rua Antonio Amâncio – Rua Zeca Mota – Avenida João Cirino – Avenida Deputado Binga – Avenida Tomaz de Aquino – Rua Gabriel Pereira – Rua dos Tupis – Avenida Tomaz de Aquino – Rua João Pacheco Filho – Rua Albânia – Rua Carvalho – Clube AABB (Patos de Minas)</u>		



Município de Patos de Minas
Secretaria Municipal de Administração

48.857	21.840	Km	Rota: <u>Nº 56 – Rações Patense – Baixadinha</u> <u>- Vila São João - Chácaras Por do Sol –</u> <u>Escola Municipal Frei Leopoldo – Escola</u> <u>Estadual Santa Terezinha – Escola Estadual</u> <u>Professor Zama Maciel – Escola Maria Inez</u> <u>Rubinger de Queiroz Rodrigues – APAE</u> <u>(Patos de Minas)</u>		
--------	--------	----	---	--	--

Total Geral: _____

Observações:

- Somente serão aceitas propostas cotadas com no máximo 02 (duas) casas decimais, sob pena de desclassificação;
- Serão desclassificadas as empresas que não tenham atendido às condições estabelecidas no item 9 e seus subitens do Edital;
- A(s) empresa(s) classificada(s) obriga(m)-se a executar os serviços conforme o Anexo VIII – Projeto Básico / Termo de Referência;
- Não serão contratados serviços que estiverem acima do valor de referência (valores contidos no Projeto Básico – Anexo VIII e Planilha de Composição de Custo - Anexo IX) desta licitação.
- Declaramos para todos os efeitos legais que, ao apresentar esta proposta, com os preços e prazos acima indicados, estamos de pleno acordo com as condições gerais e especiais estabelecidas para esta licitação, as quais nos submetemos incondicional e integralmente.

Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias, a contar da data da sessão pública.

Assinatura : _____

Data: ____/____/____

Carimbo Padronizado



Município de Patos de Minas
Secretaria Municipal de Administração

ANEXO II - DECLARAÇÃO REFERENTE À HABILITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2018
PROCESSO Nº 171/2018- PROTOCOLO Nº 13.363/2018

DECLARAÇÃO

A empresa....., CNPJ nº....., declara, sob as penas da Lei, que atende plenamente todos os requisitos de habilitação exigidos para participar do Pregão Presencial n. 036/2018.

Data e local

Nome e assinatura do Diretor ou Representante Legal

(ESTE DOCUMENTO É APRESENTADO NO CREDENCIAMENTO FORA DO ENVELO



Município de Patos de Minas
Secretaria Municipal de Administração

ANEXO III – DECLARAÇÃO DE EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2018
PROCESSO Nº 171/2018- PROTOCOLO Nº 13.363/2018

Declaramos para os devidos fins de comprovação junto ao Município de Patos de Minas, que cumprimos as disposições referentes ao Inciso XXXIII, do Artigo 7º da Constituição Federal.

Patos de Minas, de de 2018.

Razão Social do Licitante:

CNPJ:

Nome do Representante Legal:

Assinatura:

CPF:

*** ESTE DOCUMENTO DEVE SER ASSINADO POR SÓCIO, DIRETOR E OU PROCURADOR QUE TENHA PODERES PARA TAL INVESTIDURA**



Município de Patos de Minas
Secretaria Municipal de Administração

ANEXO IV - MODELO DE CREDENCIAMENTO

PREGÃO PRESENCIAL N° 036/2018
PROCESSO N° 171/2018- PROTOCOLO N° 13.363/2018

PROCURAÇÃO

A (nome da empresa) _____, CNPJ n.º _____, com sede à _____, neste ato representada pelo(s) (diretores ou sócios, com qualificação completa – nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço) pelo presente instrumento de mandato, nomeia e constitui, seu(s) Procurador(es) o Senhor(es) (nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço), a quem confere(m) amplos poderes para junto ao Município de Patos de Minas (ou de forma genérica: para junto aos órgãos públicos federais, estaduais e municipais) praticar os atos necessários para representar a outorgante na licitação na modalidade de pregão n.º (ou de forma genérica para licitações em geral), usando dos recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhes, ainda, poderes especiais para desistir de recursos, interpô-los, apresentar lances verbais, negociar preços e demais condições, confessar, transigir, desistir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, podendo ainda, substabelecer esta para outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom firme e valioso, e, em especial, para (se for o caso de apenas uma licitação).Local, data e assinatura

NOME DA EMPRESA E ASSINATURA

RECONHECER FIRMA

(ESTE DOCUMENTO É APRESENTADO NO CREDENCIAMENTO - FORA DO ENVELOPE)



Município de Patos de Minas
Secretaria Municipal de Administração

ANEXO V – DECLARAÇÃO FORMAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2018
PROCESSO Nº 171/2018- PROTOCOLO Nº 13.363/2018

A empresa _____, inscrita no CNPJ Nº _____, com sede na _____.

Declara para os devidos fins, principalmente para comprovação junto ao Município de Patos de Minas - MG, em atendimento ao processo licitatório de Edital de Pregão nº 036/2018 que:

1 – O licitante vencedor apresentará com toda documentação necessária, o veículo na Secretaria Municipal de Trânsito, Transporte e Mobilidade Urbana, em perfeitas condições e funcionamento (mecânico e demais componentes da estrutura física), com especificações de modelo, capacidade, tudo conforme determina a legislação pertinente, para cumprimento do objeto deste Edital, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias a partir da data da homologação para realização de vistorias.

2 - A empresa vencedora deverá contar em seu quadro de funcionários condutores aptos ao cumprimento do contrato de transporte escolar, inclusive com Curso de Transporte de Escolares ministrado por órgão competente.

3 - Comprovará as vistorias no prazo máximo de 30 (trinta) dias previsto no Edital, com apresentação da credencial de "Licença de tráfego, na categoria de Escolar", expedida pela Secretaria Municipal de Trânsito, Transporte e Mobilidade Urbana, de acordo com suas normas, para os veículos a serem utilizados na execução do contrato e que, caso venha a substituí-los, após a assinatura do contrato, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias a partir da data da homologação.

4 – Comprovará, mediante a apresentação da credencial de “registro de condutor” na categoria “escolar”, o cadastramento de todos os condutores junto à Secretaria Municipal de Trânsito, Transporte e Mobilidade Urbana, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias a partir da data da homologação.

5 - O licitante tem pleno conhecimento das estradas onde serão executados os serviços deste edital e especificadamente da rota escolhida para apresentação da proposta de preço, e que repassará tal informação fielmente a seus prepostos.

Por ser verdade, estando ciente de tudo quanto solicitado no edital, firma a presente declaração em uma única via, sob as penalidades da Lei.

Patos de Minas - MG, _____ de _____ de 2018.

LICITANTE



Município de Patos de Minas
Secretaria Municipal de Administração

Anexo VI - ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2018
PROCESSO Nº 171/2018- PROTOCOLO Nº 13.363/2018

O abaixo assinado, _____,
estabelecido em _____, na Rua
_____, nº _____, Bairro
_____, inscrita no CNPJ/CPF nº _____, atesta para
devidos fins de comprovação de Licitação Pública junto ao Município de Patos de Minas -
MG, processo licitatório - Edital de Pregão Presencial nº 036/2018, que a empresa
_____ está apta a exercer a atividade de
transporte de passageiros, com experiência em transporte escolar.

Por ser verdade, firma o presente em duas vias de igual teor, sob as
penalidades da Lei.

Patos de Minas - MG, _____ de _____ de 2018.

Nome/ Cargo/ Assinatura e
Carimbo da empresa



Município de Patos de Minas
Secretaria Municipal de Administração

ANEXO VII - DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2018
PROCESSO Nº 171/2018- PROTOCOLO Nº 13.363/2018

DECLARAÇÃO

A

EMPRESA
....., sediada a Rua.....,
nº....., Bairro....., CEP.....,
em..... estado, inscrita no CNPJ sob
nº, neste ato representada pelo(a)
Sr(a)., portador(a) da Carteira de
Identidade nº, inscrito(a) no CPF sob
nº....., DECLARA, sob as penalidades da lei, que se
enquadra como..... (MICRO EMPRESA?, EMPRESA DE PEQUENO PORTE?) nos
termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, estando apta
a fruir os benefícios e vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em
nenhuma das vedações legais impostas pelo parágrafo 4º do artigo 3º da Lei
Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006.

Patos de Minas, _____ de _____ de 2018.

Razão Social:

CNPJ.....

Nome Representante Legal

CPF

☞ Declaramos possuir restrição fiscal no(s) documento(s) de habilitação e pretendemos
utilizar o prazo previsto no art. 43, § 1º da Lei Complementar 123/2006, para
regularização, estando ciente que, do contrário, decairá o direito à contratação, estando
sujeita às sanções previstas no art. 81 da Lei Federal 8.666/93.

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

Assinatura do Representante Legal

CARIMBRO CNPJ OU PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA

(ESTE DOCUMENTO É APRESENTADO NO CREDENCIAMENTO - FORA DO
ENVELOPE)



Município de Patos de Minas
Secretaria Municipal de Administração

ANEXO VIII – PROJETO BÁSICO/ TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2018
PROCESSO Nº 171/2018- PROTOCOLO Nº 13.363/2018

1 - OBJETO

Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de transporte escolar rural.

2 – JUSTIFICATIVA

A Constituição Federal de 1988 dispôs sobre a **educação** elevando-a a categoria de princípio e de pilar para o desenvolvimento da sociedade brasileira, indicando, como objetivo precípua, o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Destaca-se, entre os princípios apontados para o desenvolvimento do ensino, a promoção de ações que assegurem a igualdade de condições para o acesso e a permanência à escola. Visando atender a este princípio, é que se faz necessário a contratação dos serviços de Transporte Escolar garantindo o acesso e permanência do educando no ambiente escolar e ao mesmo tempo cumprindo um Dever do Município.

3 - OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

3.1 - São obrigações da CONTRATADA:

3.1.1 – Executar os serviços de acordo com o especificado neste termo;

3.1.2 - Responsabilizar-se por todos os encargos sociais e trabalhistas que incidam sobre a execução do contrato/instrumento equivalente;

3.1.3 - Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente do trabalho, quando, em ocorrências da espécie, forem vítimas os seus empregados, durante a execução do contrato/instrumento equivalente;

3.1.4 - Responsabilizar-se por todas as obrigações e encargos que incidam, ou venham a incidir sobre terceiros, durante a execução do contrato/instrumento equivalente;

3.1.5- Fornecer informações à Administração Municipal, sempre que lhes forem solicitadas;

3.1.6 - Assumir inteira responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer danos e prejuízos materiais ou pessoais causados por seus empregados ou prepostos, à contratante ou a terceiros, aplicando-se ao presente contrato a Lei nº 8.078 de 11/09/90, em especial os artigos 14 e 20;

3.1.7 - Manter a sua condição de habilitada, durante todo o período de execução do contrato/instrumento equivalente, renovando periodicamente os documentos fiscais junto ao Sistema de Cadastramento do Município de Patos de Minas;



Município de Patos de Minas
Secretaria Municipal de Administração

- 3.1.8 - Fornecer condições que possibilitem a prestação dos serviços, a partir da data de retirada do contrato/instrumento equivalente;
- 3.1.9 - Cumprir fielmente o contrato/instrumento equivalente, zelar por sua boa execução, de modo que a prestação dos serviços seja realizada com esmero e perfeição e executar sob sua inteira responsabilidade até o seu término, vedada sua transferência a terceiros, total e parcial, sem expressa anuência da Contratante;
- 3.1.10 - Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas, tais como: salários, transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações e quaisquer outras que forem devidas aos seus empregados ou prepostos, no desempenho do objeto ora licitado, ficando ainda, a CONTRATANTE, isenta de qualquer vínculo empregatício com os mesmos;
- 3.1.11 - Prestar esclarecimentos à Administração Municipal sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam, independente de solicitação;
- 3.1.12 - Sujeitar-se, quanto aos serviços a serem executados, a uma fiscalização técnica da CONTRATANTE, através de prepostos por ela credenciados, para fins de comprovação de sua perfeita execução;
- 3.1.13 - Manter afixados na parte interna do veículo e em local visível a todos os usuários o selo de vistoria contendo a data da vistoria e sua validade.
- 3.1.14 - Manter no interior do veículo, permanentemente, livro para fins de anotações de ocorrências, cujas páginas deverão ser numeradas e rubricadas pela Diretoria de Transporte e Trânsito;
- 3.1.15 - Executar o serviço de modo satisfatório e de acordo com as determinações do Município;
- 3.1.16 - Cumprir os horários e itinerários fixados pelo Município;
- 3.1.17 - Iniciar os serviços após a assinatura do contrato;
- 3.1.18 - Responder por si e por seus prepostos, por danos causados ao Município ou a terceiros por sua culpa ou dolo;
- 3.1.19 - Submeter os veículos a vistorias técnicas determinadas pelo Município;
- 3.1.20 - Manter os veículos sempre limpos e em condições de segurança;
- 3.1.21 - Arcar com as despesas referentes aos serviços objeto do presente contrato, inclusive os tributos Municipais, Estaduais e Federais, incidentes sobre os serviços prestados;
- 3.1.22- Efetuar, pontualmente, os recolhimentos sociais, trabalhistas e previdenciários;
- 3.1.23 - Em caso de acidente envolvendo o veículo contratado ou por quaisquer danos causados ao CONTRATANTE, aos alunos ou a terceiros, por dolo ou culpa, serão suportados exclusivamente pela CONTRATADA;
- 3.1.24 - Buscar os alunos nos locais determinados pelo CONTRATANTE;
- 3.1.25 - Tratar com cortesia os alunos e os encarregados da fiscalização do CONTRATANTE;



Município de Patos de Minas

Secretaria Municipal de Administração

3.1.26 - Adequar os veículos a serem utilizados no transporte escolar às determinações do Código Nacional de Trânsito;

3.1.27 - Proceder vistorias no veículo, diariamente, quanto aos seguintes itens:

- Sistema de freios;
- Sistema de embreagem;
- Limpadores de pára-brisas;
- Funcionamento de cintos de segurança;
- Calibragem e estado de conservação dos pneus;
- Sistema elétrico;
- Óleo do motor;
- Ventilação ou ar condicionado;
- Abastecimento.

3.1.28 - Periodicamente, devem ser efetuadas as revisões obrigatórias determinadas pelo fabricante dos veículos contratados.

3.1.29 - Obedecer à legislação correlata, notadamente à Lei Municipal nº 6.200 de 06/01/2010 e as demais cláusulas contratuais descritas neste instrumento.

3.1.30 - Para a concretização do Termo Contratual, as licitantes classificadas em primeiro lugar deverão apresentar toda a documentação exigida pela Secretaria Municipal de Trânsito, Transporte Mobilidade (*ver lista abaixo), no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, após a homologação, para realização das vistorias. A referida Secretaria determinará o período para a realização das vistorias (*ver informações abaixo). Serão desclassificadas as licitantes que não executarem as vistorias dos veículos relacionados, no prazo estabelecido.

*** Lista de documentos:**

- ✓ Registro Comercial, no caso de empresa individual, devidamente registrada na Junta Comercial competente; B) Ato constitutivo - Estatuto ou Contrato Social - e a última alteração em vigor (que poderá ser apresentada na forma consolidada, substituindo o contrato original), devidamente registrada e arquivados na repartição competente, para as Sociedades Comerciais, e, em se tratando de Sociedades por Ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, com a publicação no Diário Oficial da Ata de Assembléia que aprovou o Estatuto; C) Inscrição do ato constitutivo, no caso de Sociedades Cíveis, acompanhada de prova da diretoria em exercício. D) Decreto de autorização, em se tratando de empresas ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- ✓ Cartão de inscrição no C.N.P.J, atualizado;
- ✓ Documento comprobatório de propriedade do veículo- Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo (CRLV) datado, assinado e autenticado do exercício 2018;
- ✓ Vistoria mecânica do veículo efetuada por empresa credenciada ao INMETRO/DENATRAN. Validade da vistoria mecânica não podendo ser superior a 06 (seis) meses consecutivos, contados da data de realização da vistoria;



Município de Patos de Minas

Secretaria Municipal de Administração

✓ Certificado de cronotacógrafo.

*** Sobre a vistoria:**

- * A vistoria nos veículos será executada pelo órgão competente, por agentes próprios ou por terceiros por ele designados e credenciados pelo INMETRO/DENATRAN;
- * Os equipamentos medidores tais como tacógrafos e velocímetros, deverão ser aferidos e lacrados pelo INMETRO.
- * Na hipótese de ocorrência de acidentes que comprometam a segurança do veículo, o permissionário, depois de reparadas as avarias e antes de colocar o veículo novamente em tráfego, deverá submetê-lo à outra vistoria, como condição imprescindível para sua liberação.
- * Não será permitida a troca de veículo proposto na licitação até a assinatura do contrato, exceto em caso de furto, roubo, acidente ou destruição total, comprovado através de Boletim de Ocorrência.
- * Neste caso, o novo veículo também deverá atender às exigências desta licitação, comprovadas através de processo administrativo (documentação e vistoria).
- * Completada(s) a(s) vistoria(s) de cada licitante vencedora, a Secretaria Municipal de Trânsito, Transporte Mobilidade, solicitará a elaboração do **CONTRATO** com a respectiva licitante.
- * O vencedor no ato da assinatura do contrato deverá comprovar a vistoria aprovada realizada na Secretaria Municipal de Trânsito, Transporte Mobilidade, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da expedição da comunicação para tal.
- * Caso a licitante almeje após a assinatura do contrato realizar a(s) troca(s) do(s) veículo(s), deverá solicitar à Secretaria Municipal de Educação e posteriormente realizar vistoria do mesmo na Secretaria Municipal de Trânsito, Transporte Mobilidade.

3.1.31 – A CONTRATADA deverá certificar que os condutores dos veículos que irão prestar os serviços solicitados pela CONTRATANTE possuem:

- a) RG e CPF;
- b) Carteira Nacional de Habilitação, no mínimo categoria “D” ou “E” do condutor (proprietário) do veículo, com inscrição no verso no campo Observação: “Hab. Escolar”;
- c) Certidão de Prontuário do Condutor portador da CNH ou “print” da CNH (internet ou CIRETRAN) comprovando a inexistência de infrações gravíssimas, graves ou reincidência em infrações médias nos últimos 12 (doze) meses;
- d) Caso o motorista seja do sexo masculino, estar quite com o serviço militar, comprovado através da apresentação do certificado de reservista, ou ainda mediante apresentação de certidão negativa da justiça militar, válida, que pode ser emitida pelo site <http://www.stm.jus.br/publicacoes/certidao-negativa/emitir-certidao>;
- e) Prova de quitação com o serviço eleitoral, comprovada através da apresentação de certidão de quitação eleitoral, válida, que pode ser emitida pelo site <http://www.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral>;
- f) Atestado médico de sanidade física e mental, emitido em, no máximo, 15 dias;
- g) Comprovante de endereço atualizado, emitido nos últimos 60 (sessenta) dias, ou declaração de domicílio de próprio punho, datada;
- h) Certidão negativa criminal da justiça estadual, válida, expedida pelo Fórum da Comarca da licitante;
- i) Certidão negativa criminal da justiça federal, válida, podendo ser emitida pelo site <http://www.jf.jus.br/cjf/servico/certidao-negativa>;
- j) Cópia das páginas da CTPS (Carteira de Trabalho e Previdência Social) parte de identificação frente e verso e a página da contratação;



Município de Patos de Minas

Secretaria Municipal de Administração

3.2- São obrigações da CONTRATANTE:

- 3.2.1 - Proporcionar todas as facilidades necessárias ao bom andamento da execução dos serviços;
- 3.2.2 - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela licitante vencedora com relação ao objeto desta licitação;
- 3.2.3 - Dar todas as condições necessárias ao bom desempenho do presente contrato.
- 3.2.4 - É reservado o direito de exigir, a qualquer tempo durante a vigência do contrato, a comprovação de regularidade dos referidos encargos, sendo que a Contratada obrigatoriamente deverá comprovar o recolhimento do INSS, FGTS e do ISS.
- 3.2.5 - Proceder à afixação do selo de vistoria a que se refere o item VIII do art. 26 da Lei Municipal 6.200/10;
- 3.2.6 - Emitir autorização para que os veículos destinados ao transporte de escolares circulem nas vias, desde que atendidas às exigências legais;
- 3.2.7 - Fiscalizar, acompanhar e avaliar a prestação dos serviços, tudo com vistas ao cumprimento do presente instrumento contratual e a sua perfeita execução

4 - DA FISCALIZAÇÃO

- 4.1 – O Contratante reserva-se o direito de fiscalizar a execução dos serviços, podendo para isso:
 - 4.1.1 – Exercer ampla e irrestrita fiscalização sob os serviços ora licitados, com autoridade para ordenar a substituição do operador, quando necessário;
 - 4.1.2 – Sustar o pagamento da fatura no caso de inobservância de qualquer exigência quanto ao cumprimento do Contrato.
- 4.2 – A fiscalização e o acompanhamento dos serviços executados serão realizados pela Secretaria Municipal de Educação.
- 4.3 – A existência da fiscalização não eximirá a empresa Contratada de nenhuma responsabilidade pela execução dos serviços, notadamente nos aspectos de qualidade e segurança.
- 4.4 – A fiscalização do contrato será de responsabilidade da Diretoria de Transporte Escolar.

5 – FORMA DE PAGAMENTO

- 5.1 – O contratado apresentará, sempre em intervalos periódicos de 30 (trinta) dias, o “Relatório Diário de Percurso”, que será submetido à fiscalização da SEMED - Coordenadoria do Transporte Escolar, para análise no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ficando a documentação de cobrança e recebimento condicionada à aprovação ou rejeição do referido instrumento;



Município de Patos de Minas

Secretaria Municipal de Administração

5.2 – O Município de Patos de Minas, efetuará o pagamento, mensalmente, até o 30.º (trigésimo) dia do mês subsequente ao do serviço prestado, após a devida aprovação pelo preposto da SEMED - Diretoria do Transporte Escolar, fiscalizadora dos relatórios de medição dos serviços, mediante a apresentação da documentação de cobrança pertinente;

5.3 - O valor do pagamento será calculado, multiplicando-se o valor do quilômetro rodado pelo número de quilômetros pago por linha, multiplicando-se o produto deste, pelo número de dias efetivamente trabalhados.

5.4 – Entre a data do faturamento e a data do efetivo pagamento, desde que dentro dos prazos citados no presente edital, não haverá compensações financeiras, ou seja, o valor do faturamento permanecerá fixo até o seu pagamento;

5.5 – Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação ou qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, obrigando-se ainda a manter regularmente em dia a sua condição de cadastrada e habilitada junto ao Cadastro de Fornecedores do Município de Patos de Minas.

5.6 – A critério da Administração, poderão ser utilizados os pagamentos devidos para cobrir possíveis despesas com multas, indenizações a terceiros, ou outras de responsabilidade da contratada.

5.7 – Somente serão efetuados os pagamentos, as notas fiscais emitidas pelo participante do processo licitatório, ou seja, mesmo CNPJ, sob pena de rescisão de contrato.

6. DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

6.1 - As despesas decorrentes com a prestação dos serviços, objeto desta licitação, correrão no exercício de 2018 à conta das seguintes Dotações Orçamentárias informadas pelos órgãos requisitantes conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal e a Lei de Diretrizes Orçamentárias e, nos exercícios seguintes, correrão a conta da dotação orçamentária própria, para atender as despesas da mesma natureza:

- 10.01.00.12.361.0007.2.0135 – 1915 – Programa Integração AABB Comunidade
- 10.01.00.12.361.0007.2.0491 – 2050 – Transporte de Alunos do Ensino Fundamental
- 10.01.00.12.361.0007.2.0492 – 3102 – Transporte de Alunos do Ensino Médio

7 - CRITÉRIO DE JULGAMENTO

O critério de julgamento será o de menor preço por km rodado, desde que observadas às especificações e demais condições estabelecidas neste projeto básico e posteriormente no edital.

8– DO CONTRATO



Município de Patos de Minas

Secretaria Municipal de Administração

O contrato vigorará por 12 (doze) meses após a assinatura da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, de comum acordo entre as partes, de acordo com a lei 8.666/93 e legislação correlata, por meio de termo aditivo.

A Prefeitura reserva para si o direito de alterar quantitativos, sem que isto implique alteração dos preços ofertados, obedecido o disposto no §1º do artigo 65 da Lei nº. 8.666/93.

Rege-se o objeto deste projeto básico pelos preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54, combinado com o inciso XII do artigo 55, todos da Lei nº. 8.666/93.

9. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

9.1 – O serviço objeto desta licitação será executado de acordo com a determinação da Secretaria Municipal de Educação - SEMED, no transporte obrigatório de alunos das escolas municipais, devendo os veículos e seus condutores atender a essa legislação pertinente e às normas deste edital;

9.2 – O contratado (pessoa física ou jurídica), emitirá “Relatório Diário de Percurso” de cada veículo, no qual constará discriminadamente, a data, o horário e a quilometragem registrada no instrumento de medição do veículo na origem da rota e, também, na chegada ao destino, conforme o modelo que será fornecido aos licitantes vencedores, pela SEMED - Coordenadoria do Transporte Escolar, o qual terá de refletir, com precisão, a quilometragem efetivamente percorrida em cada deslocamento do veículo em serviço e o número de estudantes transportados, preenchendo-o corretamente e ao final subscritando-o;

9.3 – O contratado se obrigará a manter um número adequado de veículos, de acordo com a legislação pertinente, em perfeito estado de manutenção e funcionamento, condutores e outros funcionários necessários, de forma a não comprometer o perfeito andamento da execução dos serviços, não acarretar atrasos nos horários e não colocar em risco a integridade física dos estudantes transportados, como de rigor;

9.4 – O horário de atendimento será de acordo com o horário de atividades da unidade escolar a ser atendida, considerando-se o percurso a ser executado;

9.5 – Respeitados os critérios fixados no presente edital, os veículos atenderão a qualquer escola da rede municipal de ensino, conforme a conveniência administrativa da contratante;

9.6 – Na ocorrência de quaisquer defeitos (mecânico, elétrico ou de ordem legal) que o veículo vier a apresentar, ou ainda, por quaisquer outros motivos que fique impossibilitado de trafegar, será providenciada, pelo contratado, a imediata substituição deste, por outro junto à SETTRAM - Divisão de Trânsito e Transporte, sem prejuízo do serviço a ser executado, sendo as despesas de inteira responsabilidade do proponente;

9.7 – O planejamento, a coordenação, a fiscalização e a definição das rotas, para a correta prestação dos serviços ficarão a cargo da SEMED - Coordenadoria do Transporte Escolar;



Município de Patos de Minas

Secretaria Municipal de Administração

9.8 – Eventualmente, poder-se-á permitir a participação da contratada em assuntos inerentes ao planejamento e/ou coordenação, o que não caracterizará alteração contratual ou direito adquirido para quaisquer das partes;

9.9 – O contratado deverá, em caráter eventual, disponibilizar veículos para atividades extra - turno, desde que previamente autorizadas pela SEMED - Coordenadoria do Transporte Escolar, inclusive aos sábados, domingos ou feriados, quando for o caso;

9.10- O contratado deverá manter os veículos em bom estado de conservação e higiene, bem como todos os equipamentos necessários à segurança dos mesmos e das pessoas transportadas.

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 AOS LICITANTES:

Ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal e, se for o caso, será descredenciado do Cadastro Geral de Fornecedores do Município de Patos de Minas, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das multas de até 10% do valor do contrato e demais cominações legais, nos termos do art. 81 da Lei Federal 8.666/93, do art. 7º da Lei Federal nº 10.520/02, o ADJUDICATÁRIO que:

- a) convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar o contrato, deixar de apresentar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa;
- b) ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- c) não mantiver a proposta;
- d) falhar ou fraudar a execução do contrato/instrumento equivalente;
- e) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

Nota: não será aplicada a multa às empresas remanescentes, em virtude da não aceitação da primeira colocada.

10.2 À CONTRATADA:

Pela inexecução total ou parcial da contratação, a Administração poderá, garantida prévia defesa, aplicar a CONTRATADA a extensão da falta ensejada, as penalidades previstas no Art. 87, da Lei 8.666/93 e no art. 7º da Lei 10.520/02, na forma prevista no respectivo instrumento licitatório. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela licitante vencedora, sem justificativa aceita pela Administração Municipal, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, nas seguintes sanções:

a) 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na execução do objeto, ou por dia de atraso no cumprimento de obrigação contratual ou legal, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor do Contrato, por ocorrência;

b) 05% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto ou no cumprimento de obrigação contratual ou legal, com a possível rescisão contratual;

c) 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato, na hipótese de a CONTRATADA, injustificadamente, desistir do Contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de descumprimento contratual, quando o MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS, em face da menor gravidade do fato e mediante motivação da autoridade superior, poderá reduzir o percentual da multa a ser aplicada.

d) O valor das multas aplicadas, após regular processo administrativo, será descontado dos pagamentos devidos pelo MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS. Se os valores dos pagamentos devidos não forem suficientes, a diferença será recolhida pela CONTRATADA no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar da aplicação da sanção;



Município de Patos de Minas

Secretaria Municipal de Administração

e) As sanções previstas, em face da gravidade da infração, poderão ser aplicadas cumulativamente, após regular processo administrativo em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa;

f) Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Municipal por prazo de até 05 (cinco) anos, nos casos de descumprimento de cláusulas contratuais; e

g) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a licitante vencedora ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada.

As penalidades aplicadas só poderão ser relevadas na hipótese de caso fortuito, força maior, devidamente justificadas e comprovadas, a juízo da Administração.

11 – DESCRIÇÃO DAS ROTAS:

Conforme documento em anexo.

Item nº 36.804

Rota: Nº01 – Fazenda do Vigílio – Paraíso - Santa Tereziha - Geraldo da luz - Escola Estadual “Juca Mandu” (Santana de Patos)

Turno: Manhã, Tarde e Noite

Quilometragem dia: 194 Km

Veículo: de 16 a 20 lugares

Valor médio KM: R\$ 3,74

Item nº 36.140

Rota: Nº 02 – Acampamento 02 de Novembro à Escola Estadual “Juca Mandu” – (Santana de Patos).

Turno: Manhã, Tarde e Noite

Quilometragem dia: 219 Km

Veículo: de 21 a 32 lugares.

Valor médio KM: R\$ 4,40

Item nº 48.820

Rota: Nº 03 – Campo Alegre - Extrema – Fazenda do Mané Cenoura à Escola Estadual “Juca Mandu” (Santana de Patos)

Turno: Manhã, Tarde e Noite

Quilometragem dia: 87 Km

Veículo: de 12 a 20 lugares.

Valor médio KM: R\$ 4,14

Item nº 48.821

Rota: Nº 04 – Fazendas: Tinôco, Balaieros, Zelia, Sapes , Alair – Escola Estadual “Juca Mandu”(Santana de Patos)

Turno: Manhã e Tarde

Quilometragem dia: 152 Km

Veículo: de 12 a 20 lugares.

Valor médio KM: R\$ 2,86

Item nº 48.822

Rota: Nº 05 – Fazenda Paiol Queimado – Escola Municipal “Moises Basílio de Camargos”;

Turno: Manhã

Quilometragem dia: 67 Km

Veículo: de 12 a 20 lugares.

Valor médio KM: R\$ 5,04



Município de Patos de Minas
Secretaria Municipal de Administração

Item nº48.823

Rota: Nº 06 – Fazenda Bráulio – Fazenda Wilton Caixeta – Vieiras – Edson Caetano – Contendas – Fazenda Gaspar Vieira – Escola Municipal “Delfim Moreira”(Lanhosos)

Turno: Manhã

Quilometragem dia: 113 km

Veículos: Acima de 45 lugares sentados.

Valor médio KM: R\$ 4,68

Item nº 36.803

Rota: Nº 07 – Fazenda Braulio – Fazenda Zé Geraldo – Vieiras – BR 365 – Pesque e Pague – Contendas – Fazenda do Cunha – Escola Municipal “Delfim Moreira”(Lanhosos)

Turno: Manhã

Quilometragem dia: 74 Km

Veículo: Acima de 45 lugares sentados

Valor médio KM: R\$ 6,08

Item nº48.824

Rota: Nº 08 – Trevo de Santana – Fazenda Antonio da Lena – Paraíso – Escola Municipal “Delfim Moreira”(Lanhosos).

Turno: Manhã

Quilometragem dia: 68 km

Veículo: de 15 a 20 lugares.

Valor médio KM: R\$ 4,98

Item nº 48.825

Rota: N º 09 – Fazenda Vieiras – Coca-Cola – Barreiro – BR 352 – Brazol – Fazenda Lanhosos – Escola Municipal “Delfim Moreira”(Lanhosos) – Vieiras e Escola Estadual “Juca Mandu”(Santana de Patos)

Turno: Manhã e Noite

Quilometragem dia: 147

Veículo: Acima de 21 lugares sentados

Valor médio KM: R\$ 4,02

Item nº48.826

Rota: Nº 10 – Fazenda Manoel Teixeira – Mata da Guariroba – Córrego das Pedras – Fazenda Quiabo – Escola Municipal “Abdias Caldeiras Brant”(Alagoas)

Turno: Manhã

Quilometragem dia: 111 Km

Veículo: Acima de 40 lugares sentados

Valor médio KM: R\$ 4,73

Item nº37.389

Rota: Nº 11 – Rações Patense – Olhos D’água – Mecifram – Escola Municipal “Abdias Caldeira Brant”(Alagoas)

Turno: Manhã

Quilometragem dia: 85 Km

Veículo: Acima de 29 lugares sentados

Valor médio KM: R\$ 5,49

Item nº48.827

Rota: Nº 12 – Mata do Brejo – Barreirinho – Restinga – Escola Municipal “Abdias Caldeira Brant”(Alagoas)

Turno: Manhã

Quilometragem dia: 90 Km

Veículo: Acima de 40 lugares sentados

Valor médio KM: R\$ 5,36

Item nº48.828

Rota: Nº 13 – Fazenda Oscar – Serra da Mata – Escola Municipal “Abdias Caldeira Brant”(Alagoas)

Turno: Manhã

Quilometragem dia: 89 Km

Veículo: Acima de 40 lugares sentados



Município de Patos de Minas
Secretaria Municipal de Administração

Valor médio KM: R\$ 5,40

Item nº31.164

Rota: Nº 14 – São Luiz de Baixo – Joel Mandu – Boassara BR 352 – Córrego das Taperas – Escola Municipal “Abdias Caldeira Brant” (Alagoas)

Turno: Manhã

Quilometragem dia: 98 Km

Veículo: Acima de 40 lugares sentados

Valor médio KM: R\$ 5,09

Item nº 38.224

Rota: Nº 15 – Fazenda Gaspar Pirapora “Lanhosos” – Pau de Óleo – BR 365 – Contendas – Boa Vista – Fazenda Coca-Cola – Barreiro – Escola Municipal “Abdias Caldeira Brant” – Escola Estadual Eustáquio José da Silva (Alagoas)

Turno: Manhã

Quilometragem dia: 110 Km

Veículo: Acima de 40 lugares sentados

Valor médio KM: R\$ 4,76

Item nº48.829

Rota: Nº 16 – Rancho Europa – Antônio Siana – Capela das Posses – Alecrim – Escola Municipal João Gualberto Amorim Júnior (Curraleiro)

Turno: Manhã

Quilometragem dia: 78 Km

Veículo: de 15 a 20 lugares

Valor médio KM: R\$ 4,49

Item nº36.805

Rota: Nº 17 – São Luiz de Baixo – Joel Mandú - Boassara – Mata do Brejo – Escola Municipal João Gualberto Amorim Júnior (Curraleiro)

Turno: Manhã

Quilometragem dia: 97 Km

Veículo: Acima de 40 lugares sentados

Valor médio KM: R\$ 5,12

Item nº48.830

Rota: Nº 18 – Bebedouro - Serra do Bebedouro – Barreirinho – Escola Municipal João Gualberto Amorim Júnior (Curraleiro)

Turno: Manhã

Quilometragem dia: 102 Km

Veículo: Acima de 40 lugares sentados

Valor médio KM: R\$ 4,97

Item nº36.198

Rota: Nº 19 – Paciencia – Corrego Raso – Fazenda Braz - Igreja Potreiros – Escola Municipal Cônego Getúlio (Pilar)

Turno: Manhã

Quilometragem dia: 75 km

Veículo: de 16 a 20 lugares

Valor médio KM: R\$ 4,85

Item nº36.143

Rota: Nº 20 – Fazenda Sinval – Fazenda Baldo – Rocinha – Vale Fertilizantes – Fazenda Santo Antonio – Escola Municipal Cônego Getulio (Pilar)

Turno: Manhã

Quilometragem dia: 68 Km

Veículo: de 16 a 20 lugares

Valor médio KM: R\$ 5,24

Item nº36.144

Rota: Nº 21 – Fazenda de Baixo – Fazenda do Lucio – Perobinha – Brejão – Escola Municipal Cônego Getulio (Pilar)



Município de Patos de Minas
Secretaria Municipal de Administração

Turno: Manhã

Quilometragem dia: 118 Km

Veículo: Acima de 21 lugares sentados

Valor médio KM: R\$ 3,49

Item nº48.831

Rota: Nº 22 – Fazenda Cabral – BR 352 – Escola Municipal Cônego Getúlio (Pilar)

Turno: Manhã

Quilometragem dia: 119 Km

Veículo: Acima de 40 lugares sentados

Valor médio KM: R\$ 4,55

Item nº48.832

Rota: Nº 23 – Fazenda Dona Alvina – Fazenda Velha – São Miguel – Paciência – Córrego Raso
Escola Municipal Cônego Getulio (Pilar)

Turno: Manhã

Quilometragem dia: 125 Km

Veículo: Acima de 40 lugares sentados

Valor médio KM: R\$ 5,02

Item nº48.833

Rota: Nº 24 – Cabeceira do Chumbo – Banco da Terra – Escola Municipal Major Augusto Porto –
Posses do Chumbo – Escola Municipal Gino André Barbosa (Areado)

Turno: Manhã

Quilometragem dia: 116 Km

Veículo: de 15 a 20 lugares

Valor médio KM: R\$ 3,40

Item nº48.834

Rota: Nº 25 – Fazenda Catanduva – Moreira – Baianos – Café Patense – Sapé – Ranchinho –
Escola Municipal Gino Andre Barbosa - Escola Municipal Major Augusto Porto (Areado)

Turno: Manhã

Quilometragem dia: 152 Km

Veículo: de 16 a 20 lugares

Valor médio KM: R\$ 2,95

Item nº36.145

Rota: Nº 26 – Café Patense – Indaiá – Posses do Chumbo – Escola Municipal Gino André
Barbosa – Escola Municipal Major Augusto Porto (Areado)

Turno: Manhã

Quilometragem dia: 63 Km

Veículo: de 16 a 20 lugares

Valor médio KM: R\$ 5,57

Item nº48.835

Rota: Nº 27 – Café Patense – Entrada da Colônia – Açude – Leal – Posses – Escola Estadual
Arlindo Porto (Areado)

Turno: Manhã

Quilometragem dia: 89 Km

Veículo: Acima de 50 lugares sentados

Valor médio KM: R\$ 5,40

Item nº48.836

Rota: Nº 28 – Café Patense – Carvoeira – Doutor Marcio Abdala – Entrada Colônia – Açude I –
Leal – Escola Municipal Gino Andre Barbosa - Escola Municipal Major Augusto Porto (Areado)

Turno: Manhã

Quilometragem dia: 85 Km

Veículo: Acima de 48 lugares sentados

Valor médio KM: R\$ 5,56

Item nº 48.837

Rota: Nº 29 – Cabeceira do Areado – Moreiras – Baianos – Café Patense – Escola Municipal Gino
Andre Barbosa - Escola Municipal Major Augusto Porto (Areado)



Município de Patos de Minas
Secretaria Municipal de Administração

Turno: Manhã

Quilometragem dia: 140 Km

Veículo: Acima de 50 lugares sentados

Valor médio KM: R\$ 4,17

Item nº 48.838

Rota: Nº 30 – Barragem – Edgar Maia – Gilmar – Colônia Agrícola - Três Porteiras – Cemitério – Leal – Escola Municipal Gino Andre Barbosa - Escola Municipal Major Augusto Porto (Areado)

Turno: Manhã

Quilometragem dia: 91 Km

Veículo: Acima de 46 lugares sentados

Valor médio KM: R\$ 5,33

Item nº48.839

Rota: Nº 31 – Vertentes - Escola Municipal Major Augusto Porto - Leal - Escola Municipal Gino Andre Barbosa – Atendimento APAE (Areado)

Turno: Manhã

Quilometragem dia: 137 Km

Veículo: de 16 a 20 lugares

Valor médio KM: R\$ 3,16

Item nº48.840

Rota: Nº 32 – Cabeceira do Areado – Escola Municipal Major Augusto Porto - Escola Municipal Gino André Barbosa (Areado)

Turno: Manhã

Quilometragem dia: 75

Veículo: de 15 a 20 lugares

Valor médio KM: R\$ 4,62

Item nº 48.841

Rota: Nº 33 – Firmes – Ranchinho – Escola Municipal Major Augusto Porto – Sapé – Escola Municipal Gino André Barbosa (Areado)

Turno: Manhã

Quilometragem dia: 89 Km

Veículo: de 15 a 20 lugares

Valor médio KM: R\$ 4,08

Item nº48.842

Rota: Nº 34 – Fazenda do Adilson - BR 365 – Leal – Cabeceira da Abelha – Posses - Escola Municipal Gino Andre Barbosa – Escola Municipal Major Augusto Porto (Areado)

Turno: Manhã e Tarde

Quilometragem dia: 108 Km

Veículo: Acima de 45 lugares sentados

Valor médio KM: R\$ 4,81

Item nº 38.695

Rota: Nº 35 – Tijunqueiros – Abelha – Firmes – Basílio – Escola Municipal José Paulo de Amorim (Pindaíbas)

Turno: Manhã e Tarde

Quilometragem dia: 131 Km

Veículo: de 15 a 20 lugares

Valor médio KM: R\$ 3,14

Item nº38.696

Rota: Nº 36 – Buracão – Escola Municipal José Paulo de Amorim (Pindaíbas)

Turno: Manhã e Tarde

Quilometragem dia: 107 Km

Veículo: de 12 a 20 lugares

Valor médio KM: R\$ 3,58

Item nº38.697



Município de Patos de Minas
Secretaria Municipal de Administração

Rota: Nº 37 – Ponto Pirapora – Palmital – Ponto Santo – Escola Estadual Major Mota (Major Porto)

Turno: Manhã e Tarde

Quilometragem dia: 176 Km

Veículo: de 15 a 20 lugares

Valor médio KM: R\$ 2,63

Item nº48.843

Rota: Nº 38 – Fazenda Marlene – Chapadão dos Tavares – Fazenda Jose do Conde – Fazenda do Luiz Abílio – Fazenda do Branco Moises – Fazenda do Nêgo Fulô – Serra da Quina – Escola Estadual Major Mota. (Major Porto)

Turno: Manhã e Tarde

Quilometragem dia: 158 km

Veículo: de 15 a 20 lugares

Valor médio KM: R\$ 2,80

Item nº 38.699

Rota: Nº 39 – Fazenda Santa Maria – Fazenda Cocaís – Escola Municipal Jeremias Francisco de Paula – Fazenda Matinha – Escola Estadual João Barbosa Porto(Santa Maria)

Turno: Manhã

Quilometragem dia: 92

Veículo: de 12 a 20 lugares

Valor médio KM: R\$ 3,98

Item nº 38.700

Rota: Nº 40 – Fazenda BMG – Fazenda Lajeado – Fazenda Fufu – Escola Municipal Jeremias Ferreira de Paula(Santa Maria)

Turno: Manhã

Quilometragem dia: 136 Km

Veículo: Acima de 20 lugares sentados

Valor médio KM: R\$ 4,16

Item nº 38.701

Rota: Nº 41 – Fazenda BMG – Fazenda Barro Preto – Lagoa Seca - Extrema – Três Porteiras – Santa Maria – Escola Estadual João Barbosa Porto – Escola Municipal Jeremias Francisco de Paula(Santa Maria)

Turno: Manhã

Quilometragem dia: 113 Km

Veículo: Acima de 46 lugares sentados

Valor médio KM: R\$ 4,68

Item nº 38.702

Rota: Nº 42 – Fazenda Extrema – Bom Sucesso – Fazenda Carlúcia – Escola Estadual João Barbosa Porto – Mauredes – Ponte do Rio Abaeté – Adriano – Escola Estadual João Barbosa Porto (Bom Sucesso)

Turno: Manhã

Quilometragem dia: 108 km

Veículo: de 12 a 20 lugares

Valor médio KM: R\$ 3,56

Item nº48.844

Rota: Nº 43 – Cascata – Paulistas – Trinta Paus – Escola Municipal Frei Leopoldo – Escola Municipal Maria Inez Rubinger de Queiroz Rodrigues (Patos de Minas)

Turno: Manhã

Quilometragem dia: 95 Km

Veículo: Acima de 40 lugares sentados

Valor médio KM: R\$ 5,19

Item nº 48.845

Rota: Nº 44 – Bebedouro das Posses – Onça – Capela das Posses – Escola Municipal Prefeito Jaques Correia

Turno: Manhã

Quilometragem dia: 120 Km



Município de Patos de Minas
Secretaria Municipal de Administração

Veículo: Acima de 40 Lugares sentados

Valor médio KM: R\$ 4,53

Item nº 48.846

Rota: Nº 45 – Trevo da Serrinha – Fazenda Barreiro – Vila São João – Escola Municipal Frei Leopoldo – Escola Municipal Maria Inez Rubinger de Queiroz Rodrigues

Turno: Manhã

Quilometragem dia: 98 Km

Veículo: Acima de 50 lugares sentados

Valor médio KM: R\$ 5,09

Item nº 48.847

Rota: Nº 46 – Vieiras - Caldo de Cana – Br 365 Br 352 – Barreiro – Baixadinha – APAE - Patos de Minas

Turno: Manhã

Quilometragem dia: 123 km

Veículo: de 15 a 20 lugares

Valor médio KM: R\$ 3,39

Item nº 48.848

Rota: Nº 47 – Trevo do Patão – Aguinaldo das Pamonhas – Mata Burro – Aragão – Escola Municipal Professora Marluce Martins de Oliveira Scher – Escola Municipal Maria Inez Rubinger de Queiroz – Escola Estadual Marcolino de Barros (Patos de Minas)

Turno: Manhã e Tarde

Quilometragem dia: 169 km

Veículo: Acima de 42 lugares sentados

Valor médio KM: R\$ 3,80

Item nº 48.849

Rota: Nº 48 – Fazenda Retiro – Arraial dos Afonsos – Estrada do Sumaré – Escola Municipal Professora Madalena Maria De Melo – Escola Municipal Maria Inez Rubinger de Queiroz (Patos de Minas)

Turno: Manhã

Quilometragem dia: 108 Km

Veículo: Acima de 45 lugares sentados

Valor médio KM: R\$ 4,81

Item nº 48.850

Rota: Nº 49 – Fazenda Arlindo – Ponto Chic – Estrada Sumaré – BR 365 – Escola Municipal Maria Inez Rubinger de Queiroz Rodrigues (Patos de Minas)

Turno: Tarde

Quilometragem dia: 139Km

Veículo: de 15 a 20 lugares

Valor médio KM: R\$ 3,02

Item nº 48.851

Rota: Nº 50 – Fazenda Arlindo – Ponto Chic – Estrada Sumaré – BR 365 – Escola Municipal Maria Inez Rubinger de Queiroz Rodrigues – Escola Municipal Prefeito Jacques Corrêa da Costa (Patos de Minas)

Turno: Manhã

Quilometragem dia: 102 km

Veículo: Acima de 42 lugares sentados

Valor médio KM: R\$ 4,97

Item nº 48.852

Rota: Nº 51 – Três Porteiras – Santa Maria – Major Porto – Vertentes – Café Patense – APAE (Patos de Minas)

Turno: Tarde

Quilometragem dia: 223 Km

Veículo: de 16 a 20 lugares

Valor médio KM: R\$ 2,36



Município de Patos de Minas
Secretaria Municipal de Administração

Item nº 48.853

Rota: Nº 52 – Boassara – BR 352 – Restinda – Povoado de Alagoas – APAE (Patos de Minas)

Turno: Tarde

Quilometragem dia: 142 Km

Veículo: de 16 a 20 lugares

Valor médio KM: R\$ 3,08

Item nº48.854

Rota: Nº 53 – Barreirinho – Serra dos Queiroz – Ribeirao da Cota – Escola Maria Inez Rubinger de Queiroz Rodrigues (Patos de Minas)

Turno: Manhã

Quilometragem dia: 164 Km

Veículo: de 15 a 20 lugares

Valor médio KM: R\$ 2,74

Item nº48.855

Rota: Nº 54 – Rua da Mata dos Fernandes – Rua Ponto Chic – Rua Zulmira Vieira de Araujo – Avenida Quaresmeiras – Avenida João Batista Rodrigues – Avenida João Marques de Queiroz – Rua Jeguitinhonha- - Rua Eucaliptos – Rua Jarí – Avenida Patrício Filho - Rua Buritis – Rotatória Paineiras – Av. Marabá – Avenida Major Gote – Rua Dom José Coimbra – Rua Albânia – Rua Carvalho – Clube AABB (Patos de Minas)

Turno: Manhã e tarde

Quilometragem dia: 53 Km

Veículo: Acima de 38 lugares sentados

Valor médio KM: R\$ 7,69

Item nº 48.856

Rota: Nº 55 – Rua Ceará – Rua Carmo do Paranaíba – Avenida Vitoria – Rua Paraná – Avenida Brasil – Rua Joaquim das Chagas – Avenida Padre Almir – Rua Professora Elza Carneiro Franco – Rua Lucy Mesquita – Rua Miguel Machado Marques – Rua São Geraldo – Rua Antonio Amâncio – Rua Zeca Mota – Avenida João Cirino – Avenida Deputado Binga – Avenida Tomaz de Aquino – Rua Gabriel Pereira – Rua dos Tupis – Avenida Tomaz de Aquino – Rua João Pacheco Filho – Rua Albânia – Rua Carvalho – Clube AABB (Patos de Minas)

Turno: Manhã e tarde

Quilometragem dia: 83 Km

Veículo: Acima de 38 lugares sentados

Valor médio KM: R\$ 5,64

Item nº48.857

Rota: Nº 56 – Rações Patense – Baixadinha - Vila São João - Chácaras Por do Sol – Escola Municipal Frei Leopoldo – Escola Estadual Santa Terezinha – Escola Estadual Professor Zama Maciel – Escola Maria Inez Rubinger de Queiroz Rodrigues – APAE (Patos de Minas)

Turno: Manhã e Tarde

Quilometragem dia: 84 Km

Veículo: Acima de 48 lugares sentados

Valor médio KM: R\$ 5,60

Patos de Minas, 14 de Agosto de de 2018.

Denise Maria Barros Andrade
Secretária Municipal de Educação



Município de Patos de Minas
Secretaria Municipal de Administração

ANEXO IX

PREGÃO PRESENCIAL N° 036/2018
PROCESSO N° 171/2018- PROTOCOLO N° 13.363/2018

PLANILHAS DE COMPOSIÇÃO
DE CUSTOS



Município de Patos de Minas
Secretaria Municipal de Administração

ANEXO X - MINUTA DE CONTRATO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2018
PROCESSO Nº 171/2018- PROTOCOLO Nº 13.363/2018

MINUTA DE CONTRATO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS E A EMPRESA/LICITANTE

(PODERÁ SER MODIFICADO PARA MELHOR ADEQUAÇÃO ao interesse público)

Aos ...dias do mês de do ano de, sede do Município de Patos de Minas, situada a Rua Dr. José Olympio de Melo, 151 – Eldorado, nesta cidade, compareceram de um lado, o Sr. José Eustáquio Rodrigues Alves, brasileiro, solteiro, economista, CPF nº 001.482.701-82, residente e domiciliado à Rua Olegário Maciel, nº 298, Centro, CEP: 38.700-122 no uso das atribuições que a permitem representar o Município de Patos de Minas, CNPJ nº 18.602.011/0001-07, e doravante designada simplesmente CONTRATANTE, e, de outro lado a Empresa/Licitante, CNPJ/ CPF nº, estabelecida na cidade de na, que apresentou os documentos exigidos por lei, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), CPF nº, nacionalidade, portador da Carteira de Identidade nº, órgão expedidor, daqui por diante, denominada simplesmente CONTRATADA e tem entre si, justo e contratado e celebram, por força do presente instrumento, elaborado de acordo com a minuta examinada pela Procuradoria Geral do Município, atendendo ao disposto no Parágrafo Único do artigo 38, da Lei nº 8.666, de 21/Junho/1993, em conformidade com o constante do Processo nº 171 de 17 de agosto de 2018, o presente CONTRATO, que reger-se-á pelas disposições da Lei nº 8.666, de 21/Junho/1993 e alterações posteriores, Lei Federal nº 10.520 de 17/Julho/2002, Lei Estadual nº 14.167 de 10/Janeiro/2002, Decreto Municipal n. 4288/17, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O CONTRATADO realizará o serviço de transporte escolar de estudantes no(s) itinerário(s) adiante estabelecido(s), em veículo(s) de sua propriedade, modelo _____, placa(s) _____, que deverá apresentar perfeitas condições de segurança e trafegabilidade na sua prestação, devendo para tanto, procurar mantê-los em bom estado de conservação, bem como realizar as obrigações deste contrato e demais requisitos exigidos no Edital Pregão Presencial nº 036/2018. A(s) rota(s) a ser(em) executada(s) pelo CONTRATADO é/ são a(s) seguinte(s):

(ESPECIFICAR ROTA(S) VENCIDA(S) PELO LICITANTE CONFORME ANEXO I DO EDITAL).

Parágrafo Primeiro: Caso venha a ocorrer falha mecânica no veículo que faz o transporte, o CONTRATADO deverá dar continuidade do mesmo, com outro veículo, igualmente habilitado, mediante autorização da SEMED, correndo por sua exclusiva responsabilidade as despesas extraordinárias.



Município de Patos de Minas

Secretaria Municipal de Administração

Parágrafo segundo – É facultado à CONTRATANTE o direito de fazer acréscimos ou supressões nas quantidades inicialmente previstas, na forma do parágrafo 1º, do Art. 65 da Lei 8.666/93.

Parágrafo terceiro – Os quantitativos previstos poderão ser acrescentados ou suprimidos, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), sobre o valor inicial do contrato, conforme parágrafo primeiro, do Artigo 65, da Lei n.º 8666/93.

Parágrafo quarto – A execução dos serviços obedecerá ao estipulado neste contrato, bem como as disposições constantes dos documentos adiante enumerados, que integram o Processo nº 171 de 17 de agosto de 2018, e que independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste contrato, no que não o contrariarem:

a) PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2018;

b) Proposta e Documentos que o acompanham, firmados pela CONTRATADA e apresentados à CONTRATANTE, na data de abertura dos envelopes do respectivo processo licitatório.

Parágrafo quinto – A execução dos serviços ora contratadas foram objeto de licitação, de acordo com o disposto na Lei 10.520/02 e subsidiariamente na Lei 8.666/93, sob a modalidade mencionada na alínea “a” do parágrafo 4.º desta cláusula.

CLAUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1 - Os serviços deverão ser executados em conformidade com os roteiros e horários traçados pela Secretaria Municipal de Educação (Coordenadoria de Transporte Escolar) e os horários das aulas nos diversos estabelecimentos de ensino.

2.2 - O veículo deverá ser conduzido pelo (a) CONTRATADO/CONTRATADA ou pelo condutor auxiliar, devidamente cadastrado junto à SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, TRANSPORTE E MOBILIDADE.

2.2.1 - O CONTRATADO/CONDUTOR AUXILIAR não tem qualquer vínculo empregatício com o CONTRATANTE.

2.3 - A função principal do (a) CONTRATADO/CONTRATADA é a prestação direta do serviço, cabendo ao condutor auxiliar complementar e dar continuidade ao trabalho do titular.

2.4 - A empresa deverá ter sede no Município de Patos de Minas, com instalações próprias ou locadas, com área apropriada para estacionamento dos veículos, conforme dispõe o artigo 8.º, da Lei Municipal 6.200/10.

2.5 - Em função da segurança dos escolares e da conveniência técnico-operacional, o Município poderá regulamentar pontos de transporte escolar.

2.6 - Os escolares deverão ser transportados, exclusivamente, assentados nos bancos para passageiros, sendo vedado o transporte no banco dianteiro.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

3.1 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1.1 – Executar os serviços de acordo com o especificado no edital e todos seus anexos;

3.1.2 - A contratada obriga-se a atender as solicitações da Prefeitura Municipal de Patos de Minas (SEMED), **conforme descrito no Anexo VIII**;

3.1.3 - Responsabilizar-se por todos os encargos sociais e trabalhistas que incidam sobre a execução do contrato/instrumento equivalente;



Município de Patos de Minas

Secretaria Municipal de Administração

3.1.4 - Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente do trabalho, quando, em ocorrências da espécie, forem vítimas os seus empregados, durante a execução do contrato/instrumento equivalente;

3.1.5 - Responsabilizar-se por todas as obrigações e encargos que incidam, ou venham a incidir sobre terceiros, durante a execução do contrato/instrumento equivalente;

3.1.6 - Fornecer informações à Administração Municipal, sempre que lhes forem solicitadas;

3.1.7 - Assumir inteira responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer danos e prejuízos materiais ou pessoais causados por seus empregados ou prepostos, à contratante ou a terceiros, aplicando-se ao presente contrato a Lei nº 8.078 de 11/09/90, em especial os artigos 14 e 20;

3.1.8 - Manter a sua condição de habilitada, durante todo o período de execução do contrato/instrumento equivalente, renovando periodicamente os documentos fiscais junto ao Sistema de Cadastramento do Município de Patos de Minas;

3.1.9 - Fornecer condições que possibilitem a execução dos serviços, a partir da data de retirada do contrato/instrumento equivalente;

3.1.10 - Cumprir fielmente o contrato/instrumento equivalente, zelar por sua boa execução, de modo que a execução dos serviços seja realizado com esmero e perfeição e executar sob sua inteira responsabilidade até o seu término, vedada sua transferência a terceiros, total e parcial, sem expressa anuência da Contratante;

3.1.11 - Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas, tais como: salários, transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações e quaisquer outras que forem devidas aos seus empregados, no desempenho do objeto ora licitado, ficando ainda, a CONTRATANTE, isenta de qualquer vínculo empregatício com os mesmos;

3.1.12 - Sujeitar-se, quanto aos serviços a serem executados, a uma fiscalização técnica da CONTRATANTE, através de prepostos por ela credenciados, para fins de comprovação de sua perfeita execução;

3.1.13 - Manter afixados na parte interna do veículo e em local visível a todos os usuários o selo de vistoria contendo a data da vistoria e sua validade.

3.1.14 - Manter no interior do veículo, permanentemente, livro para fins de anotações de ocorrências, cujas páginas deverão ser numeradas e rubricadas pela Diretoria de Transporte e Trânsito;

3.1.15 - Executar o serviço de modo satisfatório e de acordo com as determinações do Município;

3.1.16 - Cumprir os horários e itinerários fixados pelo Município;

3.1.17 - Iniciar os serviços após a assinatura do contrato;

3.1.18 - Responder por si e por seus prepostos, por danos causados ao Município ou a terceiros por sua culpa ou dolo;

3.1.19 - Submeter os veículos a vistorias técnicas determinadas pelo Município;

3.1.20 - Manter os veículos sempre limpos e em condições de segurança;

3.1.21 - Arcar com as despesas referentes aos serviços objeto do presente contrato, inclusive os tributos Municipais, Estaduais e Federais, incidentes sobre os serviços prestados;

3.1.22 - Efetuar, pontualmente, os recolhimentos sociais, trabalhistas e previdenciários;

3.1.23 - Em caso de acidente envolvendo o veículo contratado ou por quaisquer danos causados ao CONTRATANTE, aos alunos ou a terceiros, por dolo ou culpa, serão suportados exclusivamente pela CONTRATADA;

3.1.24 - Buscar os alunos nos locais determinados pelo CONTRATANTE, sempre zelando pelo uso correto das normas de segurança;



Município de Patos de Minas

Secretaria Municipal de Administração

3.1.25 - Tratar com cortesia os alunos e os encarregados da fiscalização do CONTRATANTE;

3.1.26 - Adequar os veículos a serem utilizados no transporte escolar às determinações do Código Nacional de Trânsito;

3.1.27 - **Proceder vistorias no veículo, diariamente, quanto aos seguintes itens:**

- Sistema de freios;
- Sistema de embreagem;
- Limpadores de pára-brisas;
- Funcionamento de cintos de segurança;
- Calibragem e estado de conservação dos pneus;
- Sistema elétrico;
- Óleo do motor;
- Ventilação ou ar condicionado;
- Abastecimento.

3.1.28 - Periodicamente, devem ser efetuadas as revisões obrigatórias determinadas pelo fabricante dos veículos contratados.

3.1.29 - Obedecer à legislação correlata, notadamente à Lei Municipal nº 6.200 de 06/01/2010 e as demais cláusulas contratuais descritas neste instrumento;

3.1.30 - Comprovar que atende às exigências do item 15 do edital, como condição de assinatura do contrato.

3.2 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

3.2.1 - Proporcionar todas as facilidades necessárias ao bom andamento da execução dos serviços;

3.2.2 - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela licitante vencedora com relação ao objeto desta licitação;

3.2.3 - Proceder ao pagamento até o 15º (décimo quinto) dia do mês seguinte ao da prestação dos serviços, contados a partir da entrega da Nota Fiscal no setor competente;

3.2.4 - Dar todas as condições necessárias ao bom desempenho do presente contrato.

3.2.5 - É reservado o direito de exigir, a qualquer tempo durante a vigência do contrato, a comprovação de regularidade dos referidos encargos, sendo que a Contratada obrigatoriamente deverá comprovar o recolhimento do INSS, FGTS e do ISS.

3.2.6 - Proceder à afixação do selo de vistoria a que se refere o item VIII do art. 26 da Lei Municipal 6.200/10;

3.2.7 - Emitir autorização para que os veículos destinados ao transporte de escolares circulem nas vias, desde que atendidas às exigências legais;

3.2.8 - Fiscalizar, acompanhar e avaliar a prestação dos serviços, tudo com vistas ao cumprimento do presente instrumento contratual e a sua perfeita execução;

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E EXTENSÃO

O presente contrato vigorará por 12 (doze) meses após a data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, de comum acordo entre as partes nos termos do art. 57, inciso II da Lei 8.666/ e legislação correlata, por meio de termo aditivo.



Município de Patos de Minas
Secretaria Municipal de Administração

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO / REAJUSTE / REEQUILÍBRIO

5.1 - O CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO, a importância de R\$
(.....) por quilômetro rodado para a rota nº _____, conforme proposta.

5.2 - Os preços por quilômetro rodado, serão reajustados anualmente de acordo com o índice IPC da tabela FIPE categoria transporte, conforme dispõe o § 8º, do art. 65 da Lei 8.666/93.

5.3 - Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, o contrato poderá ser alterado, para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do CONTRATADO e a retribuição da Administração para a justa remuneração do serviço, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato.

5.3.1 - Nesta hipótese, estão inclusas, as alterações nas políticas internacionais de comercialização do Petróleo, que possam interferir substancialmente nos preços dos combustíveis no país.

5.4 - A alteração (ampliação ou redução) da quilometragem de cada rota será de inteira responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação.

5.5 - Os pagamentos serão efetuados em até 15 (quinze) dias após a entrega da nota fiscal eletrônica no setor competente, fazendo constar da mesma, discriminação, quantitativo, nº e modalidade de licitação, nº do item, nº do contrato/instrumento equivalente, preço unitário e preço total do(s) produto(s)/serviço(s), devidamente atestada pelo setor competente da CONTRATANTE, acompanhada das seguintes comprovações: regularidade junto à Fazenda Federal (CND conjunta), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF), à Justiça do Trabalho (CNDT) e às Fazendas Estadual e Municipal de seu domicílio ou sede.

5.6 - O reequilíbrio econômico financeiro da prestação dos serviços desta licitação será analisado e processado em conformidade com a Lei nº 8.666/93. Cabe a CONTRATADA apresentar documentos (originais ou autenticados em cartório) que justifiquem e comprovem o pedido de reequilíbrio.

I - Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição da Administração para a justa remuneração do serviço, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, os valores constantes desta cláusula serão ajustados na proporção da alteração que houver nos preços do serviço, precedido da demonstração do aumento dos custos, os quais poderão ser comprovados com documentos fiscais, contratos, convenções coletivas, na devida proporção do reflexo na formação da planilha de preço e compatibilidade com os valores de mercado.

II - O reequilíbrio econômico financeiro do contrato ocorrerá, ainda, quando da redução dos custos.

III - Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

IV - Incumbirá ao interessado a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso do reequilíbrio econômico financeiro a ser aprovado pela CONTRATANTE, juntando o respectivo memorial de cálculo e as demais provas que se fizerem necessárias.



Município de Patos de Minas
Secretaria Municipal de Administração

CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial da contratação, a Administração poderá garantir a defesa, aplicar a CONTRATADA a extensão da falta ensejada, as penalidades previstas no Art. 87, da Lei 8.666/93 e Art. 7º da Lei 10520/02, na forma prevista no respectivo instrumento licitatório.

O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela licitante vencedora, sem justificativa aceita pela Administração Municipal, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, nas seguintes sanções:

a) multa compensatória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do Contrato pela recusa em recebê-lo no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93.

b) advertência escrita pelo descumprimento de cláusulas contratuais;

c) multa de mora no percentual correspondente a 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor total do Contrato, por dia de inadimplência na entrega, até o limite de 03 (três) dias úteis, caracterizando inexecução parcial.

d) multa de mora no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do Contrato, pela inadimplência além do prazo acima, caracterizando inexecução total do mesmo.

e) multa até o percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do Contrato, pelo descumprimento de cláusulas contratuais.

f) suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Municipal por prazo de até 05 (cinco) anos, nos casos de descumprimento de cláusulas contratuais; e

g) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a licitante vencedora ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada.

Parágrafo único - As penalidades aplicadas só poderão ser relevadas na hipótese de caso fortuito, força maior, devidamente justificadas e comprovadas a juízo da Administração.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO

7.1 – O presente Contrato poderá ser rescindido de conformidade com o disposto nos artigos 77 a 80 da Lei 8.666/93.

7.2 – Constituirá motivos para rescisão do presente Contrato, independente da conclusão de seu prazo:

- a) Manifestar deficiência do serviço;
- b) Reiterada desobediência dos preceitos estabelecidos;
- c) Falta grave a Juízo do Município;
- d) Ameaça direta ou indireta contra a Administração Pública, servidores e membros da Comissão Municipal de Fiscalização do Transporte Escolar;
- e) Transporte de armas nos veículos;
- f) Paralisação ou abandono total ou parcial do serviço, ressalvada a hipótese no caso de força maior;
- g) Falência ou insolvência;
- h) Descumprimento do prazo para início da prestação do serviço;



Município de Patos de Minas
Secretaria Municipal de Administração

- i) Deixar de encaminhar o veículo à vistoria quando determinado;
- j) Perda, por parte da CONTRATADA, das condições econômicas, técnicas ou operacionais necessárias à adequada prestação dos serviços;
- k) O envolvimento de motoristas, no ambiente escolar com aluno (s).

Parágrafo único - Na ocorrência de rescisão, por conveniência administrativa, a CONTRATADA será notificada.

CLÁUSULA OITAVA - DA VALIDADE E PUBLICAÇÃO

O presente Contrato terá validade e eficácia depois de publicado, por extrato, em órgão de imprensa oficial, de conformidade com o disposto no parágrafo único, do Art.61, da Lei 8.666/93.

Parágrafo único - Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação do extrato deste Contrato e de seus eventuais Termos Aditivos no órgão de imprensa oficial.

CLÁUSULA NONA - DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização da execução dos serviços será exercida por representante da CONTRATANTE, neste ato denominado FISCAL, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução e que de tudo dará ciência a CONTRATADA (Art. 67 de Lei N.º 8.666/93).

Parágrafo primeiro - A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, ainda que resultantes de imperfeições técnicas (Art. 70, da Lei 8.666/93).

Parágrafo segundo - A CONTRATANTE se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte os serviços prestados, se em desacordo com o Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO PAGAMENTO

10.1 - O contratado apresentará sempre em intervalos periódicos de 30 (trinta) dias, o "Relatório Diário de Percurso", que será submetido à fiscalização da SEMED-Coordenadoria do Transporte Escolar, para análise no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ficando a documentação de cobrança e recebimento condicionada à aprovação ou rejeição do referido instrumento;

10.2 - O município de Patos de Minas efetuará o pagamento, mensalmente, até o 15.º (décimo quinto) dia do mês subsequente ao do serviço prestado, após a devida aprovação pelo preposto da SEMED-Coordenadoria do Transporte Escolar, fiscalizadora dos relatórios de medição dos serviços, mediante a apresentação da documentação de cobrança pertinente;

10.3 - O valor do pagamento será calculado, multiplicando-se o valor do quilômetro rodado pelo número de quilômetros por linha, multiplicando-se o produto deste, pelo número de dias efetivamente trabalhados.

10.4 - Entre a data do faturamento e a data do efetivo pagamento, desde que dentro dos prazos citados no presente edital, não haverá compensações financeiras, ou seja, o valor do faturamento permanecerá fixo até o seu pagamento;

Parágrafo primeiro - Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, de acordo com as obrigações estabelecidas na Cláusula Terceira.



Município de Patos de Minas

Secretaria Municipal de Administração

Parágrafo segundo - Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, devidamente regularizados.

Parágrafo terceiro - A critério da Administração, poderão ser utilizados os pagamentos devidos para cobrir possíveis despesas com multas, indenizações a terceiros, ou outras de responsabilidade da contratada.

Parágrafo quarto - As Notas Fiscais deverão ser emitidas observando o número do CNPJ indicado pela empresa em sua proposta de preços (Anexo I) do edital.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

As despesas decorrentes da prestação dos serviços, objeto desta licitação, correrão no exercício de **2018** à conta da(s) seguinte(s) Dotação(ões) Orçamentária(s) **informadas pelos órgãos requisitantes conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal e a Lei de Diretrizes Orçamentárias** e, nos exercícios seguintes, correrão a conta das dotações orçamentárias próprias, para atender as despesas da mesma natureza:

- 10.01.00.12.361.0007.2.0135 – 1915 – Programa Integração AABB Comunidade
- 10.01.00.12.361.0007.2.0491 – 2050 – Transporte de Alunos do Ensino Fundamental
- 10.01.00.12.361.0007.2.0492 – 3102 – Transporte de Alunos do Ensino Médio

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS RETENÇÕES

12.1 - DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

a) Em cumprimento ao artigo 31 da Lei nº 8.212/91, e alterações posteriores, a Contratante reterá 11% (onze por cento) do valor bruto da nota fiscal ou fatura de prestação de serviços, observado a legislação pertinente vigente, exceto pelo optante do “SIMPLES NACIONAL” e desde que observado o disposto no art. 191 da IN 971/09 da RFB.

b) Como decorrência da retenção, a Contratante obriga-se à recolher ao INSS a importância retida em nome da Contratada, por meio de documento de arrecadação identificado com a inscrição do estabelecimento da Contratada, no CNPJ/MF e com a razão social da empresa Contratante e Contratada, até o dia 02 (dois) do mês seguinte ao da data da emissão da fatura, ou no primeiro dia útil subsequente, se não houver expediente bancário no dia 02 (dois).

c) Na emissão da fatura, a Contratada deverá destacar o valor da retenção, com o título de retenção para previdência social, observadas as regras do INSS. A falta de destaque do valor de retenção no documento autoriza que a Contratante proceda a devida retenção sobre o título de cobrança ou o devolva à Contratada para que seja providenciada a adequação.



Município de Patos de Minas
Secretaria Municipal de Administração

d) A contratada deverá apresentar quando for o caso, planilha que comprove a parte de fornecimento de materiais discriminada na nota fiscal de serviço.

12.2 - IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA

a) Em cumprimento ao Código Tributário Municipal e aos dispostos na LC nº 204/2003, a Contratada deverá destacar alíquota correspondente ao serviço prestado observando a Tabela I da referida Lei, calculada sobre o valor bruto da nota fiscal.

b) Na emissão da nota fiscal de prestação de serviços, a empresa Contratada deverá destacar o valor do imposto, no campo específico, observada a legislação pertinente.

c) A falta de destaque do valor do imposto no documento fiscal autoriza que a Contratante proceda o devido desconto sobre o título de cobrança ou devolva à Contratada para adequação.

d) Na liquidação dos empenhos/ faturas será retido o valor referente ao ISSQN de acordo com a alíquota incidente referente aos serviços prestados.

e) Deverá ser destacada na nota fiscal a retenção do Imposto de Renda (IR) conforme RIR vigente.

f) As retenções e destaques previstos acima, relativas ao INSS, ISSQN e IR, não se aplicam às empresas optantes pelo Simples Nacional, desde que devidamente comprovada esta opção quando da apresentação da(s) nota(s) fiscal(is).

g) Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, de acordo com as obrigações estabelecidas na Cláusula Terceira.

h) A critério da Administração, poderão ser utilizados os pagamentos devidos para cobrir possíveis despesas com multas, indenizações a terceiros, ou outras de responsabilidade da CONTRATADA.

i) Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, devidamente regularizados.

j) As notas fiscais deverão ser emitidas observando o número do CNPJ indicado pela empresa em sua Proposta de Preços (Anexo I do edital), e documentos apresentados para habilitação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

Para dirimir todas as questões oriundas do presente Contrato, é competente o Foro da Comarca de Patos de Minas.

E, para firmeza e como prova de haverem, entre si, ajustado e contratado, foi lavrado o presente Termo de contrato, que depois de lido e achado conforme, é assinado,



Município de Patos de Minas
Secretaria Municipal de Administração

em 2 (duas) vias de igual teor e forma, pelas partes CONTRATANTES, tendo sido arquivado no Município de Patos de Minas, com registro de seu extrato, e dele extraídas as cópias necessárias.

Patos de Minas, de de 2018.

José Eustáquio Rodrigues Alves
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas:

.....

.....



Município de Patos de Minas
Secretaria Municipal de Administração

ANEXO XI – VEDAÇÃO DO CONSÓRCIO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2018
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 171/2018
PROTOCOLO Nº 13.363/2018

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR RURAL.

Como se depreende do art. 33 da Lei nº 8.666/93 a participação de empresas reunidas em consórcio poderá ser admitida ou não, e tal decisão cabe única e exclusivamente ao órgão promotor da licitação, pois esse juízo de oportunidade e conveniência encontra-se em sua margem de discricionariedade. A Doutrina e jurisprudência são unânimes em assentar que a permissão de empresas participarem da licitação pública reunidas em consórcio recai na discricionariedade da Administração. Dispõe os Acórdãos do Tribunal de Contas da União:

Acórdão nº 1.240/2008 – TCU – Plenário:

“A regra, no procedimento licitatório, é a participação de empresas individualmente em disputa umas com as outras, permitindo-se a união de esforços quando questões de alta complexidade e de relevante vulto impeçam a participação isolada de empresas com condições de sozinhas, atenderem todos os requisitos de habilitação exigidos no edital, casos em que a participação em consórcio ampliaria o leque de concorrentes.”

Acórdão nº 2831/2012 – TCU – Plenário:

“A jurisprudência deste Tribunal já se firmou no sentido de que a admissão ou não de consórcio de empresas em licitações e contratações é competência discricionária do administrador, devendo este exercê-la sempre mediante justificativa fundamentada. Não obstante a participação de consórcio seja recomendada sempre que o objeto seja considerado de alta complexidade ou vulto, tal alternativa também não é obrigatória. Devem ser consideradas as circunstâncias concretas que indiquem se o objeto apresenta vulto ou



Município de Patos de Minas
Secretaria Municipal de Administração

complexidade que torne restrito o universo de possíveis licitantes. Somente nessa hipótese, fica o administrador obrigado a autorizar a participação de consórcio de empresas no certame, com o intuito precípua de ampliar a competitividade e proporcionar a obtenção da proposta mais vantajosa."

Ainda sobre o tema, o Prof. Marçal Justen Filho, assevera:

O ato convocatório admitirá ou não a participação de empresas em consórcio. Trata-se de escolha discricionária da Administração Pública, o que evidentemente não significa autorização para decisões arbitrárias ou imotivadas.

E assim conclui:

Admitir ou negar a participação de consórcios é o resultado de um processo de avaliação da realidade do mercado em face do objeto a ser licitado e da ponderação dos riscos inerentes à atuação de uma pluralidade de sujeitos associados para a execução do objeto.

O Processo em referência tem por objeto contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de transporte escolar rural, objeto este que se enquadra na típica definição de serviço comum, sem complexidade e de pequeno vulto, não se justificando a formação de consórcio.

Patos de Minas, 16 de agosto de 2018.

José Martins Coelho
Secretário Municipal de Administração